ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ACTA Nº 01/2010

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 26 DE FEVEREIRO de 2010

PRESIDENTE DA MESA:

Ramiro Manuel Lopes de Matos

SECRETÁRIOS:

Victor Manuel Dias Coelho
Manuel Augusto Nabais

FALTARAM:

Manuel Rito Alves (substituído por José Dias Santos)
Rui Manuel Monteiro Nunes
Joaquim António Pires Carreto (substituído por Dora Susana Esteves)
Francisco Pires Costa Paula
Presidente da Junta de Freguesia de Baraçal

JUSTIFICARAM A FALTA:

Manuel Rito Alves
Joaquim António Pires Carreto

HORA DE ABERTURA:

20 Horas e 15 minutos

LOCAL: Museu Auditório Municipal

Às vinte horas e quinze minutos, depois de feita a chamada e dado haver quórum, o **Presidente da Assembleia** deu inicio à sessão, tendo começado por agradecer a todos os membros da Assembleia que, directa ou indirectamente tinham tido o cuidado de se preocupar com o seu estado de saúde. Estando tudo a correr bem com o seu pé, pelo que esperava não o estragar nos próximos dias.

E continuou alertando alguns Srs. Deputados para a necessidade de fazerem uma declaração de alteração da sua morada, pois que se tinham detectado situações de não coincidência com as moradas apresentadas enquanto candidatos.
Informou ainda que os Serviços de Apoio já tinham solicitado aos Srs. Deputados nesta situação a apresentação da referida Declaração, concluindo chamando a atenção para a importância da correcção desta situação, nomeadamente para se ultrapassarem alguns problemas com a entrega atempada da documentação.

ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Discussão e Votação da Acta

Dando início ao Período de Antes da Ordem do Dia, e antes de abrir um período de inscrições para tomada da palavra pelos Srs. Deputados, O Sr. Presidente começou por dizer que, pela dimensão da Acta da última Assembleia, a que se associava o facto de o Pessoal de Apoio executar esta tarefa pela primeira vez e o fazer em "part-time", em acumulação com outras tarefas, aquela só muito em cima da hora havia chegado à Mesa. E continuou dizendo que tinha-se detectado que formalmente a mesma não se apresentava correcta, quer do ponto de vista ortográfico, quer do ponto de vista de construção da frase.
No entanto, a Mesa havia decidido mandar o documento como estava, no sentido de permitir que os Srs. Deputados fizessem uma análise ao conteúdo da Acta, verificando se haveria alguma inexactidão face ao que se havia passado e às intervenções efectuadas na Assembleia de Dezembro.
Solicitava assim a compreensão de todos, permitindo à Mesa que posteriormente introduzisse as correcções formais necessárias, sendo a Acta votada na Sessão seguinte.
Após esta introdução, o Sr. Presidente abriu o período de inscrições, tendo tomado a palavra diversos Membros da Assembleia Municipal com as seguintes intervenções:

O Sr. Deputado **José Robalo** interveio começando por desejar boa noite a todos e saudando a Mesa na pessoa do seu Presidente. Saudava ainda a Câmara Municipal e especialmente o seu amigo Vereador António Dionísio que pela primeira vez ali estava.
Afirmou de seguida que só se havia inscrito por ter percebido das palavras do Sr. Presidente que provavelmente iria colocar à votação aquela Acta, pois que, dizendo o Sr. Presidente que, posteriormente, se iria ratificar a mesma, subentendia que o Sr. Presidente iria colocar a Acta a votação.
E continuou dizendo que havia lido o documento com muita atenção, o qual, de facto, tinha demasiados erros técnicos, e que não lhe dissesse que a Acta era grande, porque de facto era mesmo grande, as pessoas quando falavam muito nem sempre diziam coisas. Mas havia decorrido muito tempo, perto de dois meses para trabalhar o documento e dois meses era muito tempo.
E continuou dizendo que, sem querer entrar em polémica, o responsável pela apresentação deste documento era uma única pessoa, o Sr. Presidente, e que se ao fim de dois meses o mesmo estava bem, enviava-se às pessoas, ou se continha gralhas, erros demasiados, não se enviava. Queria dizer que eram coisas muito sérias que se envergonhara quando o lera.
E concluiu dizendo que esperava que tivesse interpretado mal as palavras do Sr. Presidente e que não pusesse sequer este documento à votação pois só se ratificava uma coisa que tivesse sido votada e não queria pensar que ia ser chamado a votar aquele documento.

Em seguida usou da palavra o Sr. Deputado **António Serra,** saudando todos na pessoa do Sr. Presidente e dizendo que, no geral, estava de acordo com as palavras do Sr. Deputado José Robalo. Continuou dizendo que para lá destes erros todos, havia coisas com as quais não concordava e queria chamar a atenção para o facto de, em conjunto com a Acta, ter sido enviada em anexo a intervenção do Deputado José Cunha, quando as intervenções dos Srs. Deputados Marisa Martins e Nuno Teixeira vinham transcritas na Acta.
Chamou igualmente a atenção para a transcrição da sua intervenção que continha um erro na página 56, pois o que dissera era que poderia ser um vereador rotativo entre os diversos partidos, a tempo inteiro, ou poderiam ser dois a tempo parcial.
E concluiu dizendo que tinha que se ter muito cuidado com aprovar aquele documento, pois o mesmo era uma anedota, era realmente de ficar mal na fotografia. Considerava que uma Acta devia ser a tradução fiel do que se havia passado e que todos sabiam que o português falado não era o mesmo que o português escrito. E havia ali coisas de bradar aos céus.

Interveio então o Sr. Deputado **Celino Augusto** para, no seguimento do que o Sr. Presidente havia dito, sugerir que aquela Acta fosse votada na Assembleia seguinte, solicitando à Câmara que disponibilizasse mais funcionários para possibilitar a produção das Actas ou de outros documentos da Assembleia.

O Sr. Deputado **João Aristides Duarte** interveio para sugerir que as intervenções fossem transcritas na 3ª pessoa, ou então transcritas na íntegra com as correcções para português escrito.

O Sr. Deputado **António Gata** interveio de novo para dizer_que não tinha pensado intervir de novo para falar acerca da acta, pois havia duas formas de encarar esta situação: interpretá-la como sendo um documento onde as pessoas tinham feito o que melhor sabiam ou podiam; ou dar atenção às palavras do Sr. Presidente de que não tivera tempo para alterar a Acta.
No seu entender, a Acta podia ser vista sob dois prismas:
Se se quiser que seja transcrito tudo o que é dito, a mesma até nem estava mal de todo, faltavam uns pontos finais, havia alguns erros de ortografia, mas, no que lhe dizia respeito, entendia que devia dar o benefício da dúvida, pois fora dos que mais falara e esperava não repetir o mesmo erro outra vez.
Mas como o problema era um problema de erros de português, a sua opinião era que a mesma não devia ser votada naquela Sessão.

Na sua intervenção o Sr. Deputado **Vítor Coelho** assumiu uma quota-parte de responsabilidade pelo sucedido pois, por motivos pessoais não tinha tido possibilidade de acompanhar o processo de produção da Acta.
Afirmou igualmente querer salvaguardar de qualquer responsabilidade o pessoal de apoio à Assembleia que haviam desempenhado as suas funções como devia ser.
E concluiu reafirmando que a Mesa iria proceder às rectificações necessárias e que a Acta seria então colocada a votação.

O Sr. **Presidente da Assembleia** interveio para reafirmar o que já havia dito, de se analisar ali questões relativas ao conteúdo da Acta, à qual seria posteriormente dada uma forma correcta.
E reafirmou que, como já havia dito, não se iria votar o documento naquela Sessão, mas que, como não tinha havido, para além da questão levantada pelo Sr. Deputado António Serra, nenhuma intervenção sobre o conteúdo da mesma, considerava que, na Assembleia seguinte, e após introduzir as correcções de português, se estava em condições de votar esta Acta, tendo referido o

termo "ratificar", por considerar que, em relação ao seu conteúdo, a discussão ali havida permitiria não ser necessária nova discussão da mesma.
Chamava também a atenção para que o pessoal de apoio tinha feito o seu melhor, em situações nem sempre as melhores, pois o facto de trabalharem num serviço autárquico de atendimento público, obrigava a interrupções num trabalho difícil de audição das gravações e sua transcrição, o que levou a que parte do mesmo tivesse de ser feita fora das horas do expediente.
Por outro, afirmou, considerava que com a revisão do Regimento que iria ser discutida e votada, seria possível em sede da Comissão Permanente discutir que modelo de Acta se iria adoptar, se um modelo de transcrição total das intervenções efectuadas, se uma Acta síntese do que foi dito, ficando o registo áudio para que em qualquer altura se possa verificar aquilo que foi dito.
Não havendo mais inscrições, o Sr. Presidente deu por encerrado este Ponto, tendo-se passado ao ponto seguinte do Período de antes da Ordem do Dia.

2. **Expediente**

Tomando a palavra o Primeiro Secretário da Mesa **Victor Coelho** deu conhecimento do seguinte expediente:

-Convite da Empresa Municipal de Pinhel (15ª Feira das Tradições e Actividades Económicas);
-Convite do Governo Civil da Guarda (Comemorações do Centenário da República);
-Justificação de falta do Deputado Joaquim António Pires Carreto;
-Justificação de falta do deputado Manuel Rito Alves;
-Justificação de falta do Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão;
-Oficio da Assembleia Municipal de Vila do Conde dando conhecimento de Proposta de Recomendação enviada ao Governo;
-Carta Anónima, relativa às reuniões da assembleia;
Em relação ao teor desta carta anónima, o Sr. **Presidente da Assembleia** interveio para dizer que, embora anónima, esta carta tinha sido lida por tratar de um assunto importante, da divulgação das Sessões da Assembleia. Já tinha havido o cuidado de enviar o Edital para o Jornal Cinco Quinas e para o Blogue Capeia Arraiana, só faltara, por lapso, o Rádio Clube do Sabugal. Ao mesmo tempo informou que os Editais tinham sido colocados nos locais habituais. Solicitou aos Srs. Deputados que se tivessem alguma ideia que permitisse uma maior divulgação para a apresentarem.

-Oficio da associação de Freguesias Terras Quentes do sabugal, dando conhecimento do inicio do processo de constituição de uma Associação de freguesias, nos termos da Lei 175/99;
-Oficio do Tribunal de Contas enviando relatório de auditoria n.º 1/2010;
Interveio de novo o Sr. **Presidente da Assembleia** para informar que este Relatório do Tribunal de Contas, disponível para consulta dos Srs. Deputados que o pretendessem consultar, dizia respeito a uma Auditoria que o TC tinha feito a Empresas Municipais de vários Concelhos do País, entre as quais a Sabugal +.
Continuou dizendo que da leitura que havia feito não resultava uma situação desfavorável ou menos correcta para esta empresa. A Auditoria realizada prendia-se com os prazos de pagamentos a fornecedores por parte das Empresas Municipais e gostaria de solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que era ao mesmo tempo Presidente do Conselho de Administração da Sabugal + um esclarecimento sobre um dado que o deixara perplexo e que tinha a ver com o facto de em 2006 o prazo médio de pagamento da empresa era de 11,4 dias, quando a média das empresas auditadas era de 128,3 dias, situação claramente favorável.

Ora este prazo tinha passado para 29,8 dias em 2007 e para 49 dias em 2008, tendência contrária à da média geral que passou para 99,8 dias em 2008. Ao mesmo tempo e como é reconhecido por todos, a Câmara Municipal do Sabugal é dos Municípios que mais rapidamente paga aos seus fornecedores.
Assim, solicita ao Sr. Presidente da Câmara se, numa próxima Sessão, poderia dar uma pequena nota justificativa das razões porque a Sabugal + teve aquela evolução nos prazos de pagamento aos seus fornecedores.

Tomou então da palavra o Sr. **Presidente da Câmara** que, após saudar a Assembleia, informou que havia recebido também aquele Relatório, sobre o qual os serviços técnicos se haviam pronunciado e que seria levado à próxima Reunião de Câmara, após o que seria enviado, se assim fosse entendido, ao Sr. Presidente da Assembleia.

Tendo o Sr. **Presidente da Assembleia** encerrado este ponto, propôs o seu encerramento e a passagem ao ponto 3 do Período de Antes da Ordem do Dia.

No entanto, o Sr. Deputado **José Robalo** solicitou a palavra para dizer que considerava aquele um Relatório muito importante e que prazos de pagamentos como aqueles que o Sr. Presidente tinha divulgado já não se usavam em Portugal, pelo que, na sua opinião o referido Relatório mostrava que a empresa Sabugal + estava de boa saúde financeira e estava a pagar e a trabalhar bem e que oxalá assim continuasse.
E continuou dizendo que pelo conhecimento que tinha daquele tipo de documentos, o que teria sido importante era que o Sr. Presidente lesse as conclusões do mesmo no que dizia respeito à Sabugal +.

Em resposta, o Sr. **Presidente da Assembleia** informou que as conclusões e as recomendações do Relatório eram conclusões e recomendações gerais e dirigidas a todas as empresas municipais auditadas, não havendo nenhuma específica para a Empresa Sabugal +, tendo, de seguida, lido as recomendações constantes do Relatório.

Interveio de novo o Sr. Deputado **José Robalo**, para reafirmar que, no seu entendimento, o Relatório provava que a Sabugal + estava no bom caminho e que esperava que assim continuasse.
E concluiu felicitando o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores por terem chegado a um entendimento quanto à gestão e administração da Sabugal +, desejando que continuasse a funcionar bem.

Deu então, o Sr. **Presidente da Mesa** o ponto do Expediente por encerrado, solicitando que intervenções que houvesse a fazer se verificassem no ponto de Assuntos Diversos.

3. Assuntos Diversos

Entrou-se, deste modo no ponto 3 – Assuntos Diversos do Período de Antes da Ordem do Dia, tendo o Sr. **Presidente da Assembleia** proposto que, antes de se entrar no período de intervenções, todos os presentes fizessem um minuto de silêncio em memória dos madeirenses falecidos no âmbito da tragédia que se abatera sobre a Região Autónoma da Madeira, o que foi aceite, tendo-se assim registado um minuto de silêncio.
Informou que, entretanto, havia chegado à Mesa um proposta de louvor com o teor que leu e que se transcreve:

"A Assembleia Municipal do Sabugal reunida em sessão ordinária no dia 26 de Fevereiro de 2010, apresenta um voto de louvor a todos os funcionários da Empresa Sabugal +, porque nenhuma empresa pode ter um desempenho de qualidade se todos os seus colaboradores não tiverem nem demonstrarem níveis de desempenho excelentes tal como estes seus funcionários o fizeram. Proponentes, António César M. Gata, Maria de Fátima Portas C. Saraiva, Alberto Pires Monteiro, Maria de Fátima Cruz B. Neves, Francisco Luís Bárrios, Luís Miguel Robalo C. Martins e Pedro Hilário."

Entretanto solicitou a palavra o Sr. Vereador **José** Robalo, para dar conhecimento à Assembleia que era sua intenção igualmente propor o minuto de silêncio que se verificara, e que, se assim fosse entendido, propunha que fosse aprovado um voto de pesar e de solidariedade a remeter a todas as Assembleias Municipais da Região Autónoma da Madeira, pela catástrofe natural que os atingira.

O Sr. **Presidente da Assembleia** solicitou então ao Sr. Deputado se poderia fazer chegar à Mesa uma minuta daquela proposta para que a mesma pudesse ser enviada. Passou então a palavra aos Srs. Deputados que se quisessem pronunciar sobre a Proposta de Louvor apresentada anteriormente à Mesa.

Interveio o Sr. Deputado **António Gata** para dizer que, a Proposta de Louvor fora apresentada antes das intervenções que houvera sobre a Sabugal +, das quais resultara que esta empresa havia feito um bom trabalho no Concelho e que os proponentes da Proposta de Louvor consideravam que isso era o resultado do trabalho de todos e de ninguém em particular e fora nesse sentido que a Proposta havia sido apresentada.

O Sr. Deputado **João Aristides Duarte** interveio para informar que em conjunto com o Sr. Deputado **João Manata** iriam votar favoravelmente a Proposta de Louvor, mas que havia no texto uma palavra "colaboradores" que parecia estar na moda, quando o que havia era funcionários ou empregados.

O Sr. **Presidente da Junta de Freguesia de Malcata** usou então da palavra para dizer que em relação à Sabugal + e depois da guerra que se verificara na Sessão anterior, felizmente houvera um documento oficial que reconhecera que a Administração fizera um bom trabalho. E concluiu dizendo que iria votar favoravelmente pois achava que eles mereciam.

O Sr. Deputado **Carlos Alberto Dionísio** interveio para dizer que, se os proponentes da Proposta de Louvor não se opusessem, o Grupo Político do Partido Socialista subscreveria igualmente a referida Proposta.

Interveio então a Sra. Deputada **Ana Domingues** para dizer que a sua bancada se associava ao Voto de Louvor apresentado, tanto mais que tinha sido a sua bancada que na Sessão anterior havia proposto um voto de louvor ao Dr. Norberto.

O Sr. Deputado **António Serra** iniciou a sua intervenção dizendo que compreendia muito bem o motivo da apresentação pelo Sr. Deputado António Gata daquela moção de louvor, e que da sua parte iria votar favoravelmente.
E concluiu dizendo que sabia muito bem quem descobrira o caminho marítimo para a Índia, mas infelizmente não sabia o nome do marinheiro que lavava as tábuas dos barcos, não sabia o nome do marinheiro que fazia as refeições ao capitão…

O Sr. Deputado **António Gata** solicitou a palavra para dizer que era_ com muito prazer que solicitava à Mesa que acrescentasse ao texto que fora aprovado na anterior Sessão que quem a apresentara estendera o seu louvor a todos os colaboradores da Sabugal +.

Foi então colocada à votação a Proposta de Louvor apresentada, a qual foi aprovada com duas abstenções e nenhum voto contra.

O Sr. Deputado **Roberto Silva** interveio para esclarecer que se abstivera porque considerava que a Assembleia estava a banalizar os louvores, estava a passar louvores a toda a gente e que também se podia louvar os funcionários do Município que trabalhavam tão bem ou melhor que os funcionários da Sabugal +.

Tomou a palavra o Sr. **Presidente da Assembleia** para ler a Moção de Pesar que o Sr. Deputado José Robalo havia entregue e que se transcreve:

"A Assembleia Municipal do Sabugal, reunida em sessão ordinária no dia 26 de Fevereiro de 2010, apresenta um voto de pesar e de solidariedade para com o povo Madeirense vitima de uma catástrofe natural do passado dia 20 de Fevereiro."

Não tendo havido quaisquer pedidos de intervenção, foi a Moção aprovada por unanimidade, tendo o Sr. Presidente informado que iria enviar a mesma a todas as Assembleias Municipais da Região Autónoma da Madeira.

O Sr. **Presidente da Junta de Freguesia da Bismula** leu então uma intervenção cujo teor se transcreve:

" Cumprimentos…Esta minha intervenção é composta de duas partes distintas: Em primeiro lugar quero realçar o meu apreço à limpeza feita à velha fonte no largo do mesmo nome. Um trabalho digno já tantas vezes por mim levantado nesta Assembleia. Chegou o dia, está perfeito. É nestas pequenas coisas que se começa a ver o concelho a mexer. Pequenas coisas, mas que aos olhos dos visitantes, são grandes coisas. Já agora não deixarei de solicitar o levantamento de toda a calçada que circunda o largo: os desníveis na calçada, alguns poços e altos que se tornam um calvário para quem passa de carro ou a pé; também a casa de banho que, arranjada recentemente, está acolhedora com loiças novas e azulejos, mas, não sei por que razão deixaram o tecto por pintar!!!

E, agora, minhas senhoras e meus senhores, peço a vossa atenção por mais três ou quatro minutos:

Todos sabemos bem demais, que estes tempos ditos vazios do pós eleições serão uma mera pausa, e que pequenas frustrações deixam sempre resíduos angustiantes. Também o fumo da vingança vai envenenando o nosso comportamento com aquilo que se chama "intoxicação". O antídoto para este mal só poderá ser encontrado na conjugação do perdão com a esperança e o interesse do concelho, para nosso bem, e para bem dos outros com transparência das palavras e dos actos, num acto unitivo".

Logo, é muito importante abrir janelas e portas ao futuro próximo, isto é, abrir as "avenidas do diálogo", em liberdade, tão aventadas por António Sérgio, ao preconizar que se abrissem novos e mais vastos horizontes. Porém, o que registámos nós, na última Assembleia: nem as grandes questões da política, ou factualidade local, despertam grande vontade de debate e participação. Ao invés, deram lugar ao arremesso mais ou menos ruidoso e efusivo de defesa de interesses mais ou menos ocultos. E aquelas questões, as grandes questões do concelho, que a todos nós envolvem, essas, ficaram órfãs da discussão, deixando um deprimente sinal insalubre.

Para quê fazer muitos propósitos, é o mesmo que nada. Para quê querer fazer muitas e grandes coisas, é fazer coisa nenhuma. No entanto, é preciso começar a trabalhar, pelos projectos mais simples. Começar pelos grandes projectos, é o mesmo que parar no meio do deserto, correndo o risco de sermos engolidos por ele. Há que continuar o caminho em frente, com coragem, com honra, e sem parar a olhar para trás.

É certo. Todos temos o nosso propósito, ou sonho, de chegarmos ao objectivo que elegemos e esperamos concretizar. Mas, qualquer curto-circuito de interesses ou facilitismo, não pode anular, interromper ou corromper a convergência que visa o interesse global do concelho.

É essa a nossa responsabilidade, neste local, neste nosso tempo dentro do nosso tempo, a marca, o nome " Assembleia Municipal ", que desafiam à observação e à reflexão de não servir apenas como decoração, de não servir para coisa nenhuma, para além da defesa do interesse próprio e pessoal e do arremesso punitivo.

Já se sabia que o bom senso não é das coisas melhor cultivadas no nosso concelho, mas, neste momento é preciso cultivar a nossa sagacidade para afastar projectos falaciosos, apresentados sob o aparente brilho do "interesse comum", fazendo sobressair o que seria melhor, mais necessário e diferente, sempre dependente da ordem de valores para os munícipes que deles irá auferir proveito.

Tudo ponderado, cabendo aqui o máximo e efectivo respeito pelas legítimas diferenças de opinião, fundamentadas no bem comum que a todos deve envolver com idênticas oportunidades. Não mudar o leme do barco rumo à corrente mais forte, seria frustrar muito grão semeado e muita esperança germinada a partir de onze de Outubro passado.

Sr. Presidente da Câmara, senhores vereadores, caras e caros camaradas membros desta Assembleia, senhoras e senhores: A posteridade não nos perguntará se nesta época difícil e ameaçadora mantivemos a liberdade, mas sim se conseguimos preservar este grande concelho da derrocada e do seu esvaziamento popular e económico.

Assim, esta minha resenha, certamente considerada esvaziada de sentido por muitos, reduz-se a uma simples lembrança: Usar o bom senso e colocar com firmeza as questões certas e necessárias, ir ao encontro das dúvidas e reclamar o seu cabal esclarecimento. As esmurras e as entorses…. Surgidas pelo caminho, jamais devem ter lugar nesta Assembleia."

O Sr. **Presidente da Assembleia** alertou os Srs. Deputados para o facto de se ter já ultrapassado o tempo de 60 minutos reservado por lei e pelo Regimento em vigor para o Período de Antes da Ordem do Dia, o que, na prática, poderia tornar ilegal a Sessão.

Continuou dizendo que não pretendendo cortar a palavra a ninguém, solicitava aos doze Srs. Deputados inscritos que tivessem contenção nas suas intervenções.

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado **João Manata** que, após desejar as melhoras ao Sr. Presidente da Assembleia, e igualmente ao Sr. Deputado Manuel Rito, se referiu a um problema já recorrente, e que tinha a ver com o óleo que aparece no rio junto ao Sol-Rio, situação agravada quando chove mais. Referiu que alguém tinha recolhido uma garrafa desse óleo da água do ribeiro que termina antes da praia fluvial e passa pelo hospital. No seu entender aquele óleo tinha de vir de alguma oficina ou de alguma indústria. Não sabia o que a Câmara podia fazer, mas tinha de ser investigado porque a situação era deveras complicada, era óleo em quantidades industriais, dias atrás só se via óleo, não se via água.

Tomando da palavra o Sr. **Presidente da Junta de Freguesia de Malcata** começou por desejar as melhoras ao ex Presidente Manuel Rito, e continuou endereçando um pedido ao Sr. Presidente da Câmara relativamente á barragem da Senhora da Graça a que chamava da Malcata, e que se prendia com o facto de com o enchimento da barragem naquele momento, todos os caminhos circundantes á barragem estavam submersos, ou quase todos, ao ponto de haver terrenos particulares não

expropriados que estavam debaixo de água. Portanto, o apelo que ali fazia ao Sr. Presidente era que entrasse em contacto com INAG e com a entidade gestora da barragem para se tentar resolver aquela situação.

A Sra. Deputada **Ana Domingues** dirigiu-se ao Sr. Presidente da Assembleia fazendo uma sugestão no sentido de, dado o número de documentos que eram enviados aos Srs. Deputados sempre que havia uma Assembleia Municipal, por vezes não legíveis, aqueles documentos por uma questão de economia, uma questão de papel, para poupar tempo aos funcionários, deveriam ser fornecidos por e-mail aos membros que tivesse e-mail, em formato PDF ou em outro formato.
Considerava que apenas a convocatória e a ordem de trabalhos deveria continuar a ser em papel.
Continuou fazendo uma saudação á Câmara Municipal pela iniciativa dos Roteiros. Tinha notado este ano uma participação de pessoas que vinham de fora do Concelho para participar nos Roteiros e isso reflectia que as coisas bem feitas e ao longo do tempo têm os seus frutos.
Pedia ainda ao Sr. Presidente e ao Executivo em geral, com ou sem a participação da Junta de Freguesia do Sabugal um olhar especial para a Cidade, pois se se tratava bem das nossas Aldeias, acreditava que os habitantes do Sabugal mereciam essa atenção especial.

Respondeu o Sr. **Presidente da Assembleia**, dizendo que ia pedir ao pessoal de apoio para fazer passar uma folha pela Assembleia no sentido de cada Sr. Deputado Municipal pudesse dar o seu e-mail, mas o problema era que no actual Regimento não constava que os documentos pudesses ser enviados por outra forma que não o correio, situação que ficaria ultrapassada com a aprovação da proposta de alteração do Regimento.

Interveio de seguida o Sr. Deputado **Jose Ilídio** para dizer que na sua qualidade de Presidente da Assembleia de Freguesia de Vale de Espinho tivera conhecimento de alguns projectos para o arranjo de caminhos agrícolas de várias Freguesias, alcatroamento e melhoramento dos mesmos o que era de louvar. Perguntava, assim, ao Sr. Presidente da Câmara, se Vale de Espinho também iria ser contemplado ou o seria em breve, pois era urgente para aquela Freguesia.
Continuou lembrando alguns anseios das gentes de Vale Espinho, como era do conhecimento de anteriores mandatos e que não se tinham concretizado: uma estrada condigna de ligação entre Vale Espinho e o Soito, construção de uma outra estrada alcatroada que viesse a ligar à já construída na área de Espanha até a fronteira com Vale Verde Del Fresno, pois muitas pessoas da nossa Aldeia tinham explorações agrícolas adjacentes e assim tornariam mais fácil o acesso a essas explorações, não esquecendo o intercambio que a região iria ter com os seus vizinhos de Vale Verde Del Fresno.
E concluiu afirmando que, como era do conhecimento do Sr. Presidente da Câmara, no anterior mandato houvera varias divergências entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Vale de Espinho e que este era o momento de as esquecer e não atribuir culpas, mas que acreditasse o Sr. Presidente que tinha esperança que tal não voltasse a acontecer no seu mandato, e que a colaboração fosse mútua, pois tudo faria para que assim fosse.

O Sr. **Presidente da Junta de Freguesia de Vale Longo** tomou a palavra para dizer que, já não era a primeira vez que neste Auditório falava sobre aquele assunto. Pensara que na ordem de trabalhos já constaria o assunto das Taxas e Licenças das Obras, com as quais não concordava nem podia concordar e por isso mais uma vez ali falava naquele assunto.
Considerava que não era justo da forma que a construção estava no Concelho do Sabugal, se pagasse 10 vezes mais, e em alguns casos mais do que isso, do que nos Concelhos todos vizinhos. Por exemplo, uma casa de 250 metros quadrados construída no Concelho do Sabugal custava muito perto dos 3 mil euros, enquanto a mesma licença de obras construída no Concelho de

Almeida era pouco mais de 200 euros. Também queria dizer que nos contadores da Agua de Lisboa, Guarda ou Sabugal sem consumo algum era onde se pagava o maior valor.
Continuou dizendo que no Concelho o maior problema era a desertificação, informando que das casas de habitação que estavam abertas em 2009 haviam fechado perto de 260 habitações, tendo alguns dos seus moradores ido para lares e outros para aquela casa para onde todos iriam. Por isso queria dizer ao Sr. Presidente que pensava que os eventos que se realizavam no Concelho do Sabugal eram muito pouco publicitados. Dias antes fora a um evento de tradições num Concelho vizinho e havia lá para cima de 300 expositores e pessoas havia para cima de 20 mil pessoas, onde encontrara pessoas do Sabugal que lhe tinham chamado a atenção, que assim valia a pena fazer eventos.
E concluiu aconselhando as pessoas que não conseguem inventar a copiar que era também o que fazia, quando não conseguia inventar, copiava pelos outros.

Foi então dada a palavra ao Sr. **Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas.
Cumprimentando todos e desejando as melhoras ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, deu as seguintes respostas:
Quanto ao Largo da Fonte e esta questão acompanhava também a questão colocada pela Sra. Deputada Ana Domingues relativamente á Cidade do Sabugal, estavam a fazer esforços, a construir e a motivar equipas, estavam a tentar olhar pela Cidade do Sabugal de uma forma diferente e acreditava que era possível com a colaboração dos Funcionários fazer melhor e agradecia também o facto notado de que algo fora feito.
Relativamente á questão do óleo colocada pelo Sr. Deputado João Manata e também colocada por outros elementos da Assembleia diria que se devia fazer chegar á Câmara Municipal aquelas pequenas grandes coisas.
O Município havia aderido recentemente, por alerta do Sr. Deputado Celino Augusto feito através do Blogue Municipal, ao projecto "Minha Rua", onde todos, Srs. Deputados Municipais ou qualquer Munícipe poderiam em qualquer momento entrar ou pedir que alguém entrasse e anotar essas pequenas grandes coisas que cada um visse na sua Rua. De qualquer forma ir-se-ia fazer recolha selectiva de lixos e também colocar Oleões, possibilitando ás pessoas que colocassem esses óleos domésticos.
Ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Malcata, e relativamente aos caminhos submersos na barragem, anotara e informava que tinha agendada uma reunião para 16 de Março e um dos assuntos tinha a ver com o empreendimento da Malcata e outro tinha a haver com os caminhos envolventes à barragem e iria seguramente abordar essa questão.
Respondendo a outra questão da Sra. Deputada Ana Domingues sobre os Roteiros Gastronómicos, considerava que ia havendo alguma contradição de opiniões, dizendo uns que estivera melhor, que viera mais gente de fora, mas havendo outros que consideravam que tinha de se progredir, que tinha que se fazer mais. Pensava que sim que havia sido feito algum esforço financeiro na divulgação externa, mas como sabiam não era fácil no Carnaval, porque quase todos os Concelhos do Interior apostavam mais ou menos nas mesmas iniciativas. De qualquer forma queria deixar um agradecimento especial a todos os Munícipes Sabugalenses que tinham conseguido encher o Auditório com aquelas bandas que haviam actuado e que depois tinham feito um espectáculo agradável no dia de Carnaval nas ruas da Cidade do Sabugal. Queria agradecer a todos, esse facto que era assim que tinham que trabalhar, de mãos dadas.
Realçava também as palavras do Sr. Deputado José Ilídio, relativamente a Vale de Espinho que era uma terra grande que efectivamente tinham problemas como todas as outras. Ali estava para trabalhar e colaborar com todos, e ser solidário com os anseios de todas as Freguesias.
E continuou respondendo ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vale Longo que havia referido e bem, que esperava que viessem àquela Sessão as taxas e licenças. Estavam com aquele trabalho no âmbito das Divisões da Câmara Municipal e no

âmbito do Executivo e relembrava que aquelas taxas já tinham sido aprovadas em 2001, eram essas que estavam a ser aplicadas, com uma ou outra alteração quando apareciam taxas novas.
Por ai e pela via das taxas e das ofertas e das facilidades que se podiam dar em determinadas actividades, podia-se fixar pessoas e concordava que tinha que se facilitar a recuperação do casario antigo nas freguesias. Tinha-se também que definir os projectos, os projectos de interesse Municipal que deviam ser apoiados e que se devia facilitar a sua implantação no Concelho, pois pensava que era através dessa actividade reguladora que eram as taxas que se podia fixar pessoas de uma forma coordenada. Assim iriam ter a oportunidade de, brevemente, ter ali a tabela de taxas.
Quanto aos eventos, já havia dito que tinham de se encontrar formas diferenciadoras porque hoje se procuravam coisas novas e diferentes. No Concelho tinham-se tradições, formas de manifestação cultural próprias, que deviam ser também diferenciadores, porque assim é que se podia neste interior desertificado, colocar uma bandeira e dizer que estamos aqui e estamos firmes.

Interveio de seguida a Sra. Deputada **Fátima Portas** para alertar, fosse pelos eventos, fosse por aqueles que no Concelho moravam, para o estado da estrada Sabugal-Raia e perguntando ao Sr. Presidente se já haviam sido feitas diligências junto do Instituto de Estradas sobre aquela situação e se podiam ter alguma ter esperança?

De seguida tomou da palavra o Sr. Deputado **Francisco Bárrios** o qual lembrou que na reunião anterior, quando fora perguntado ao Sr. Presidente da Câmara quando havia cedido o aproveitamento do transvaze hidroeléctrico da Agua da Sabugal Meimoa, o Sr. Presidente fora peremptório e célere na resposta, dizendo que havia sido no tempo do Governo presidido pelo Eng.º Sócrates. Ora fonte fidedigna da DRBI dissera-lhe que não fora do tempo do Eng.º Sócrates mas sim de Durão Barroso.
Quanto às pequenas grandes obras de que falara o Sr. Presidente da Câmara, nas primeiras semanas de mandato até ficara impressionado pela positiva e até fizera vários comentários para amigos seus, dizendo que esta Câmara era uma Câmara que ligava às pequenas obras porque a cidade do Sabugal estava abandonada, passadeiras já não se viam em lado nenhum, traços contínuos era igual, sinais verticais de trânsito virados ao contrario uns não regulamentares, porque estavam baixos de mais. Quando vira a Câmara a intervir na Fonte Velha e a fazer as passadeiras havia pensado que tínhamos ali uma Câmara diferente porque normalmente as pequenas obras não tinham contras só tinham prós.
E continuou dizendo que às vezes falava-se em grandes obras e não era contra elas, era preciso fazê-las, como por exemplo grande estradas, mas essas já tinham prós e contras, não queria dizer que era a favor da realização dessas estradas, pois se traziam gente também a levavam, essas já tinham o contra de tirar gente dali para fora.
Chamava a atenção para que junto da Auto-Mecânica, quando se ia para a Churrasqueira do Pedro, tinha lá estado um sinal contínuo durante muitos anos, o qual havia desaparecido completamente, tendo já havido alguns acidentes e o que acontecia era que, muitas das vezes com ele próprio, era que quem vinha de cima e quem vinha de baixo encostava-se à esquerda, e sendo assim não havia problema nenhum.
Quanto às elevações das estradas na entrada nos Foios, Aldeia do Bispo e Aldeia Velha sempre tinham existido varias elevações no alcatrão e devido à quantidade de pinheiros que se encontravam na berma da estrada, no mandato anterior falara nisso, pois os trabalhadores da Câmara mandados por alguém passavam o tempo a arranhar o alcatrão, ficavam os remendos que por muito bem deitados que fossem não passavam disso. No seu entender era mais fácil chegar à valeta com uma retro, cortar a raiz que estava virada para a estrada, que o pinheiro não caía por isso, e que já era necessário desviarem-se os automóveis.
E continuou dizendo que tinha ido a Manteigas falar com o Sr. Presidente da Câmara e que antes de chegar ao gabinete dele estava um gabinete escancarado e havia visto o ex Presidente da Câmara. Quando chegara ao gabinete do Presidente da Câmara

perguntou-lhe " Ó Carvalhinho então o Ex. Presidente da Câmara é funcionário da Câmara antes de ser Presidente? É que o vi ali num gabinete, com instalações condignas, um gabinete considerado de alto luxo"? Ao que o Presidente da Câmara lhe respondera que aquele era o gabinete da oposição.
Conforme dissera o politico que mais admirava, Mário Soares, numa democracia era tão importante um bom governo como uma boa oposição e achava que a oposição precisava de um gabinete.
Para terminar falou do Carnaval, dizendo que há cerca de 8 anos que se fazia um desfile de Carnaval em Aldeia do Bispo e era sempre no mesmo dia, no Domingo de Carnaval. O ex Presidente da Câmara quando assistiu a um desses desfiles e era pena ele não estar ali, tivera um comentário consigo, dizendo que nunca pensara que fosse um desfile daquela dimensão. Igualmente havia sido feito um elogio ao desfile de Aldeia do Bispo pelos Membros desta Assembleia Municipal, salvo erro no mandato anterior. No ano anterior a Câmara havia feito coincidir um dos desfiles com os de Aldeia do Bispo, mas sempre pensara que não o fizesse coincidir. Achava sinceramente que parecia que se gostava de se empatar uns aos outros, e dizia empatar porque não podia dizer outra coisa, pois se havia 4 dias de Carnaval porque cargas de agua é que teriam de coincidir 2 desfiles. E disse ainda "haja respeito!".

Na sua primeira intervenção como Deputado Municipal, interveio o Sr. Deputado **Pedro Cardoso**, começando por solicitar ao Sr. Presidente da Assembleia que controlasse alguns comentários *of the record* a algumas intervenções que outros deputados haviam feito, porque pouco dignificavam aquela Assembleia Municipal e aos próprios deputados.
Continuou colocando ao Sr. Presidente da Câmara a questão referente às obras de requalificação em Vilar Maior que tinham sido iniciadas e já praticamente concluídas havia algum tempo, mas que, no entanto, se mantinham as infra-estruturas, nomeadamente, fios de telefone e antenas que seriam para retirar.
Pedia assim ao Sr. Presidente se o podia informar quando tal iria acontecer, porque depois daquelas obras com o valor avultado não ficaria muito bem à localidade e ao concelho ter aquelas estruturas ainda ali
E pedia ainda atenção às vias de comunicação, porque era empresário, havia investido em Vilar Maior, tinha um turismo rural e todos os turistas que recebia se queixavam que as vias de comunicação junto a Vilar Maior eram pouco dignificantes, ou seja, o nordeste estava muito mal servido de vias de comunicação e já ali fora referida a nacional, mas as municipais também entre a Nave, Bismula, Aldeia da Dona, Rebolosa, Aldeia da Ribeira e Alfaiates.
Relativamente ao riquíssimo património que existia em Vilar Maior e que o Sr. Presidente bem conhecia, queria referir que o castelo que era um imóvel de interesse público, desde 1996, património estatal com afectação á Câmara Municipal, o Pelourinho que era imóvel de interesse público desde 1933 património estatal com afectação a Câmara Municipal, a Igreja da Sª do Castelo património de interesse publico desde 1996 sem afectação a Câmara Municipal e ainda a Ponte Romana e que alguns Funcionários da Câmara diziam Medieval era património municipal. Pois naquele momento, a ponte estava em risco de ruir e era um património importantíssimo não só para Vilar Maior mas para o Concelho. Assim, e para terminar, queria fazer um desafio ao Sr. Presidente para que na Assembleia Municipal seguinte já houvesse alguma iniciativa por parte da Câmara para proteger aquele património, que já estava num ponto que, com um Inverno rigoroso como se verificava, não sabia se chegaria Março com a Ponte em Vilar Maior.

Na sua intervenção o Sr. Deputado **Roberto Silva** começou por se congratular com o desfile de Carnaval que tinha crescido e deixar uma sugestão ao Sr. Presidente da Câmara para que insistisse na vinda de feirantes, porque embora tivesse dito que vários Concelhos apostavam nisso, não havia divulgação de parte a parte, e considerava que se num dia se atraíssem 100 pessoas que viessem deixar 10 euros ao Sabugal, era rendimento para a Cidade e para o Concelho.

Queria também, e em relação aos temas sempre abordados na Assembleia Municipal da desertificação, queria referir que embora pudesse haver alguma relação com as medidas e com as licenças que já ali haviam sido faladas, bem como com a isenção da taxa de IRS varias vezes ali referidas, pensava que grande problema do Sabugal eram e iriam continuar a ser nos próximos anos, as vias de comunicação e por isso deixava uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara se já havia tomado e qual, alguma posição para as Estradas de Portugal e perante o Ministério das Obras Publicas para resolver a ligação à Guarda que era uma vergonha que promovia o atraso do Concelho e que não deixava que a população se fixasse no Sabugal.

Interveio de seguida o Sr. Deputado **António Gata** para de forma breve fazer meia dúzia de perguntas telegráficas ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, esperando a sua resposta:
Qual o ponto de situação do empreendimento Ofélia Club?
Se já conseguia saber os custos totais dos encargos que a Câmara já tivera com as obras da ligação A 23 referentes exclusivamente à Engenharia Militar, porque a outra já toda a gente sabia?
A 3ª não era bem uma pergunta. Estivera 8 anos fora da Assembleia Municipal e 20 anos atrás ouvia falar no célebre óleo no Côa, não se falava noutra coisa há 20 anos, e agora passados tanto anos voltara àquela Assembleia Municipal e continuava-se a falar do óleo no Côa. Pedia assim encarecidamente ao Sr. Presidente da Câmara para, de uma vez por todas resolver o problema
Quando se falava muito e um Sr. Deputado já o referira, que a água no Concelho do Sabugal era cara, como é que explicava que uma rotura na Cidade do Sabugal, uma rotura de grandes dimensões, estivesse um dia a deitar milhares e milhares de litros de água fora, isto na Cidade do Sabugal e depois de várias pessoas terem ligado para a Câmara?
Perguntaria ainda, embora soubesse que não era da responsabilidade da Câmara Municipal, qual era a posição pela situação vergonhosa, incrível e inaceitável em que encontrava, a estrada Sabugal-Vilar Formoso? Era inacreditável e ficaria satisfeito se houvesse um comunicado, uma tomada de posição da Câmara Municipal contra o Instituto de Estradas de Portugal na comunicação social, num jornal qualquer, no 5 Quinas, que era um jornal que gostava de ler. Gostava de ver essa posição da Câmara Municipal do Sabugal.
Soubera que, infelizmente, havia outra estrada que ia do Sabugal para o Alto do Liomil, que estava vergonhosamente na mesma situação e a Câmara estava impávida e serena. Até acreditava que o Sr. Presidente da Câmara batesse o pé e fosse discutir com o Instituto de Estradas de Portugal, mas que pusesse isso na comunicação social, pois que enquanto não pusesse ninguém sabia o que estava a fazer.
Colocava igualmente uma das questões mais importantes com que se debatia o Concelho do Sabugal nos últimos tempos e que fora a situação extraordinária do clima. Tinha sido uma das pessoas que na 2ª Feira de Carnaval às 8h da manha como habitualmente fora para a Guarda, pusera a sua vida e o seu automóvel em perigo mais que uma vez, mas tudo isto para dizer que sabia que a Câmara do Sabugal não tinha nada a ver com o que se passava na estrada do Sabugal para a Guarda mas deveria tomar um posição energicamente para a vergonha que se passava.
E concluía dizendo que sabia, apoiava e louvava o intercâmbio que existia entre as Autarquias do Concelho do Sabugal, Câmara e Juntas de Freguesia. Sabia que existia uma grande ligação, já havia sido Presidente de Junta e também o fizera. Agora dizia aos dignos representantes do Concelho, Presidente de Câmara e Presidentes de Juntas, que estavam nesta labuta, para aprenderem com os do de lá, aprenderem como se limpavam estradas, para verem que todos eles tinham uma maquineta que era uma coisa simples e barata para, quando se suspeitava que ia haver gelo e quando se suspeitava que ia haver neve, começarem a distribuir sal pela estrada.

Tomou a palavra o Sr. Deputado **José Robalo** dizendo que iria, em primeiro lugar, voltar atrás e, perante as explicações que o Sr. Presidente da Assembleia lhe dera em relação a Acta, e quando falara no sacrifício dos seus funcionários que conhecia muito bem e de quem era amigo, e que sabia de facto que era um sacrifício tirarem parte do seu tempo à sua vida familiar e privada para trabalharem para o Município, gostaria que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal se entendesse com o Sr. Presidente da Câmara e que esses dois funcionários ficassem disponíveis a tempo inteiro para o secretariar nestas actividades. O que não podia acontecer, devia dizer-lhe uma coisa não queria dizer, mas ia dizê-la, na sua profissão de um modesto Advogado muito simples e humilde na Cidade do Sabugal, no seu escritório nunca sairia um documento como aquela Acta saira para os membros da Assembleia Municipal. O que seria se a algum membro da Assembleia Municipal lhe passasse pela cabeça vir a mandar isto para a Internet, todos seriam objecto de gozação total, e sinceramente dizia ao Sr. Presidente isso sim seria manchar a imagem da Cidade do Sabugal e do Concelho do Sabugal, isso sim seria manchar a imagem de todos.
Continuou no uso da palavra dizendo que não iria intervir sobre as taxas porque, pelos vistos se iria falar sobre esse tema numa próxima Assembleia, mas que queria, porque achava muito importante o respeito que todos deviam ter uns pelos outros, falar sobre a votação que havia decorrido na Assembleia anterior sobre o adiamento ou a discussão do Regimento da Assembleia e que haviam votado porquê?

O Sr. Deputado foi então interrompido pelo Sr. **Presidente da Assembleia** para lhe dizer que havia um ponto na ordem de trabalhos em que se ia falar sobre o Regimento, já houvera um ponto antes da ordem em que se havia falado sobre a Acta, e por isso agradecia, e atendendo à legalidade da Assembleia, pois se estava havia 2h num ponto que só tinha uma hora.
Assim, agradecia-lhe ser o mais sintético possível e se quisesse pronunciar-se sobre o Regimento que se prenunciasse no ponto.
E concluiu afirmando que naquele momento não podia utilizar um tempo que já ultrapassara largamente, tempo que era concedido para o ponto antes da ordem do dia, quando havia solicitado a todos os Srs. Deputados para que tivessem o cuidado de serem o mais conciso possível nas suas intervenções. Pedia portanto que se tivesse alguma coisa a dizer sobre o Regimento aguardasse pelo ponto da ordem de trabalhos, porque também já estivera_a falar sobre as questões da Acta, e que desculpasse por dizer isso, mas era assim, todos tinham que ter alguma regra no jogo e não se podia ultrapassar essas regras sistematicamente.

Retomou a palavra o Sr. Deputado **José Robalo** questionando se o Sr. Presidente da Assembleia tinha algum direito extra em relação a algum membro da Assembleia Municipal, pois tinha usado e abusado da palavra e que se alguém tinha manipulado o tempo tinha sido Sua Exa. o Sr. Presidente.
E referiu de seguida que em relação a uma questão que se levantara naquela Assembleia sobre o envio das actas e dos documentos por via Internet pensava e propunha que fosse posto a circular um documento em que os membros da Assembleia declarassem que pretendiam a partir daquela data receber via Internet todos os documentos e convocatórias da Assembleia Municipal.
Continuou dizendo que na anterior Assembleia havia sido discutida a questão do Regimento o que ficara decidido que se iria reunir uma Comissão para apreciar um novo texto de regimento a ser apresentado na Assembleia e que tivera conhecimento de que se fizera uma reunião…

Novamente o Sr. Deputado José Robalo foi interrompido pelo Sr. **Presidente da Assembleia** para lhe voltar a lembrar que havia um ponto de ordem do dia para se falar sobre o Regimento e que por isso lhe agradecia que não utilizasse aquele

momento para falar sobre este assunto. E, pedindo-lhe desculpa, terminou dizendo que em caso contrário seria obrigado a tirar lhe a palavra.

Respondeu o Sr. Deputado **José Robalo** dizendo que no seu entender e no entender do grupo do PSD a proposta de Regimento estava incompleta e estava a aguardar resposta em relação alguns artigos .....

Nova interrupção do Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, dizendo ao Sr. Deputado que não podia continuar com a sua intervenção.

O Sr. Deputado **José Robalo** diz então que havia colocado um requerimento á Mesa e que agradecia que o Sr. Presidente o lesse, tendo este respondido que leria o requerimento no ponto da ordem do dia.

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado **Carlos Alberto Dionísio** que disse que, face ao adiantado da hora e dando a razão ao Sr. Presidente da Assembleia, prescindia da sua intervenção porque de facto a Assembleia tinha de tratar dos assuntos da ordem do dia e por este andar não chegavam lá.

Na sua intervenção o Sr. **Presidente da Junta do Sabugal** disse que o problema que ia apresentar já havia sido apresentado pelo Sr. Presidente da Junta de Malcata e o Sr. Presidente da Câmara também já havia respondido. De qualquer maneira reafirmava que a indignação era idêntica à do pessoal da zona da Malcata, pois na margem direita do Rio Côa, nunca houvera acessos em condições à Barragem e os caminhos estavam submersos de água, pelo que pedia ao Sr. Presidente da Câmara, se seria possível estar presente no dia da reunião com o Presidente do INAG.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu então a palavra ao Sr. **Presidente da Câmara** para responder ás questões levantadas, tendo o Sr. Presidente começado por responder à Sra. Deputada Fátima Portas, dizendo que achava que estava a falar na estrada do Sabugal para Vilar Maior. Ora como o Sr. Deputado António Gata falara, não estava ali para apresentar a agenda do Presidente da Câmara, mas de qualquer forma era óbvio que tinha feito contactos e que iria ter uma reunião em Lisboa com o Instituto de Estradas de Portugal, onde iria abordar esta questão da estrada da Guarda e também a questão da estrada, quando saímos da A 23 em Caria ou na saída para o Sabugal. Era óbvio que iria abordar todas essas questões e também queria dizer que alguém escrevera que era muito comedido e discreto, o que efectivamente era, pretendia uma abordagem com as pessoas, porque sempre quisera ser alguém de bom trato, fazer as coisa como deviam ser feitas, teria de ser parco_em palavras relativamente a certos assuntos, porque para si só estava concluindo o processo quando efectivamente estava a andar, e ninguém lhe iria tirar informações acerca de situações que estão a ser tratadas. Existiam projectos e sonhos e nesse aspecto haveria no dia 12 uma reunião com Instituto de Estradas de Portugal onde seriam abordadas essas questões das estradas nacionais ou regionais que atravessavam o Concelho do Sabugal.
Continuou, respondendo à questão colocada pelo Sr. Deputado Francisco Bárrios, dizendo que se tinha preocupado muito em informar-se de um problema muito importante, saber quando é que tinha sido. Pensava que era mais importante saber porque é que as coisas eram assim.
O Sr. Deputado havia abordado algumas pequenas e grandes coisas, passadeiras, sinalética pequenas obras mas também queria relembrar que tinha sido um Inverno que não tinha permitido também que os funcionários dos serviços externos da Câmara pudessem mostrar as suas aptidões e as suas qualificações. De qualquer forma voltava a repetir estas pequenas questões que

são importantes e que era normal e corrente ouvir naquela Assembleia Municipal. Agora havia um espaço próprio que hoje as novas tecnologia permitiam, podendo fazer chegar de um forma mais eficiente e pronta, e a Câmara Municipal e os seus serviços poderem dar resposta

Quanto às questões levantadas pelo Sr. Deputado Pedro Cardoso sobre a sua terra, Vilar Maior, ali tinham sido desenvolvidas obras e obras ainda aguardam porque não são da dependência da câmara mas de empresas. O último contacto que tivera havia sido com a PT sobre a rede telefónica. A verdade era que havia um interesse da Câmara por Vilar Maior, e tinha sido precisamente por isso, que se havia feito esta obra de intervenção em Vilar Maior, porque não se conseguiu ao longo destes tempos que Vilar Maior pudesse ter o estatuto como Belmonte e Trancoso de Aldeia Histórica, embora no seu coração considerasse Vilar Maior uma Aldeia Histórica. Por isso se estava a trabalhar em Vilar Maior que havia sido premiada com uma candidatura no âmbito do Vale do Côa. O trabalho não estava feito, não estava terminado, era necessário concluir em Vilar Maior e depois havia muito trabalho e muito material que era preciso fazer em Vilar Maior e muito trabalho pensado para promover Vilar Maior e todo o património concelhio, mas particularmente aquele que o Sr. Deputado referira e muito bem.

Respondendo ao Sr. Deputado Roberto Silva, concordava que o Carnaval efectivamente vinha progredindo, era um bom cartaz, que se tornava necessário explorar.

Afirmava, por outro lado, que era com grande satisfação ver ali naquela Assembleia, e já anteriormente noutra, a participação de muitos funcionários da Câmara Municipal que os levava a participar nas actividades e que podiam ali em primeira mão ouvir as sugestões dos Srs. Deputados e assim poderem fazer um trabalho melhor.

Ao Sr. Deputado António Gata que tinha ido para a Guarda na 2ª Feira de Carnaval, dizia que também tivera o prazer de receber nesse dia que havia neve o Sr. Governador Civil no Sabugal que almoçara consigo no Sabugal e os funcionários também haviam trabalhado.

Quanto ao projecto Ofélia Club não lhe tiraria mais do que aquilo que dissera. Estavam a trabalhar e continuariam a trabalhar, relativamente a reuniões, a contactos, ainda naquele dia o promotor lhe telefonara, estavam a fazer contactos, mas a verdade era que poderia andar por ali a alimentar a Comunicação Social mas era assim, preferia alimentar a Comunicação Social com um produto que enchesse a barriga no momento exacto do que estar agora a fazer de conta que estava alimentar e não queria fazer de conta. Depois se tudo correr dentro da normalidade mostraria esse trabalho.

Quanto ao assunto das estradas já falara dos custos da A23, e o cálculo foi feito até ao final de 2009, e nestes anos todos desde 2005, 2006 gastou-se um milhão e duzentos mil euros, incluindo tudo, máquinas e consumíveis.

Em resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Sabugal disse que antes da reunião com o ING andavam a fazer um levantamento de todos esses caminhos que estão submersos.

ORDEM DO DIA

Dando por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou ao Período da Ordem do Dia.

PONTO 1 – PEDIDO DE CORRECÇÃO DO MAPA DE PESSOAL

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. **Presidente da Câmara** para apresentação do ponto, que disse que como sabiam em 29.12.2009 o Mapa de Pessoal para 2010 havia acompanhado o Plano e o Orçamento. Entretanto havia sido detectado, no seio do Executivo Municipal, um lapso no aspecto de contratação do pessoal, do pessoal não docente para actividades de enriquecimento curricular, lapso esse que se iria repercutir quando da contratação dos docentes por tempo indeterminado e não por tempo determinado.
Não havendo quaisquer pedidos de intervenção, foi a proposta do Executivo Municipal colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

PONTO 2 – PEDIDO DE ADESÃO NA ACÔA

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. **Presidente da Câmara** para apresentação do ponto, o qual disse que como era normal e recorrente naquelas situações, a Câmara do Sabugal fora convidada a aderir aquela Associação, tendo como primeira acção potenciar o Museu de Arte Apreste do Vale do Côa. Tinha sido distribuída a proposta de estatutos, que não trazia custos para a Câmara, pelo que estando o Concelho no barco do Vale Côa, já havia algumas candidaturas do Proder do Vale do Côa e tendo e pertencendo a nascente ao Sabugal, à ACÔA fora aprovada em reunião de Câmara.

Interveio o Sr. Deputado **António Gata** para afirmar nada ter contra a adesão àquela Associação, antes pelo contrário, mas considerava que seria no mínimo justificável que o Sr. Presidente da Câmara dissesse quais eram as vantagens que o Concelho de Sabugal poderia ter nessa adesão, e por outro lado esclarecer se há ou não custos com a adesão, por não lhe parecer isso claro de uma leitura rápida dos estatutos.

Usando da palavra o Sr. Deputado **Carlos Alberto Dionísio** perguntou se aquela Associação tinha alguma ligação ao plano desenvolvimento turístico do Vale do Côa e, no mesmo sentido, em que ponto é que se encontrava a concretização desse mesmo plano desenvolvimento Turístico.

Foi concedida a palavra ao Sr. **Presidente da Câmara**, que começou dizendo que também tinha dificuldade em dizer quais os benefícios para o Concelho. Como era obvio naquelas Associações, a Assembleia Geral irá ter uma palavra a dizer relativamente à aquisição e aos projectos que forem desenvolvidos. Quando esta Associação foi criada e propuseram a adesão será também e essencialmente para dinamizar os projectos transversais para o Municípios do Vale do Côa. Nesse sentido haveria algum momento em que por protocolo ou parceria o Município do Sabugal teria que injectar dinheiro para o desenvolvimento de projectos que se iriam reflectir no Concelho do Sabugal.
No que dizia respeito ao funcionamento da Associação não se propunha nenhuma cota. Para terminar diria que o Concelho do Sabugal não poderia fiar de fora.
Quanto ao Sr. Deputado Carlos Alberto Dionísio, em primeiro a questão do plano desenvolvimento turístico do Vale do Côa, um estudo elaborado pelo gabinete Augusto Mateus e Associados que definiu uma estratégia de turismo para o Vale do Côa. Esse estudo pode candidatar-se ao Proder do Vale do Côa apresentando uma estratégia no âmbito dos Municípios do Vale do Côa. Haviam sido apresentados projectos privados e projectos públicos âncora e outros projectos complementares nomeadamente um na envolvente à barragem. Até ao momento os projectos públicos ainda não tinham sido abertos em linhas de financiamento os que estavam a ser feitos eram os feitos privados e já havia alguns.

Não havendo mais intervenções foi a proposta do Executivo Municipal colocada a votação, tendo sido aprovada por maioria, com 5 abstenções e nenhum voto contra.

O Sr. Deputado **António Gata** produziu uma declaração de voto, esclarecendo que a sua abstenção era uma abstenção pela positiva, pois apesar de não acreditar que aquela Associação trouxesse algo de novo para o Concelho do Sabugal, esperava estar enganado, sendo a razão principal que o levara a abster-se, o facto de que quando olhava para os órgãos sociais, verificava que nenhum nome era do Concelho do Sabugal.

PONTO 3 – DELEGAÇÕES DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA E/OU ASSOCIAÇÕES DE FREGUESIAS

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. **Presidente da Câmara** para apresentação do ponto 3, tendo sido prestados os esclarecimentos adequados, referindo que sobre o assunto se iria abster de ler o enquadramento legal da proposta apresentada a todos os deputados, dado tratar-se de um tramite já normal em vários mandatos, a possibilidade de pela lei a Assembleia Municipal aprovar um quadro de competências delegáveis nas Juntas de Freguesia e que posteriormente seriam levadas às respectivas Assembleias de Freguesia para aprovação. Queria apenas ressalvar que, pela primeira vez, aparecia na proposta a possibilidade de delegação de competências em Associações de Freguesia, sendo esta uma delegação nova na dinâmica autárquica, que tinha surgido nos termos do artigo 4º do Decreto-lei n.º 175/99 de 21 de Setembro.

Pediu a palavra o Sr. **Presidente da Junta de Freguesia de Vale Longo** que disse pretender perguntar se na delegação de competências, os muros de suporte ou muros de apoio não estavam ali, tal significava que depois também poderiam ser contemplados como delegação de competências?

Dada a palavra ao Sr. **Presidente da Câmara**, esclareceu que para além das competências delegadas, os Srs. Presidentes de Junta tinham as suas competências próprias e que aquela era uma competência própria. O mapa apresentado era o mapa tradicional, apenas fora tirada aí uma competência que nunca fora utilizada de ampliações eléctricas.

O Sr. **Presidente da Junta de Freguesia da Rebolosa** interveio para esclarecer o colega de Vale Longo em relação aos muros e aproveitava para questionar o Sr. Presidente da Câmara, se se mantinha ou fora revogado aquele acordo da reconstrução de muros, 60% a câmara comparticipava nas estradas Municipais e 40% nas ruas, embora achasse que se mantinha, era uma deliberação com 10 anos, que tinha estado sempre em vigor e que julgava que se manteria.
Em resposta o Sr. Presidente da Câmara disse que tinha a ver com uma deliberação tomada em reunião de Câmara, tal como as recuperação de fornos comunitários, pelo que enquanto não fosse revogada ou alterada pelo Executivo se mantinha.

Não havendo mais pedidos de intervenção, foi a proposta do Executivo Municipal colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

PONTO 4 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dando início ao ponto 4 da Ordem do Dia, o Sr. **Presidente da Assembleia** deu um esclarecimento à Assembleia, dizendo que, conforme se lembrariam, na tomada de posse havia proposta a constituição de uma Comissão Eventual da Assembleia Municipal para elaboração de uma proposta de revisão de regimento, proposta essa que foi contestada e não fora para a frente porque fora dito claramente que a responsabilidade da apresentação de revisão era da Mesa.
Entretanto na última Assembleia foi proposta a retirada da proposta de alteração apresentada pela Mesa e aprovada a constituição de uma Comissão Eventual.
Esta Comissão reuniu posteriormente, a Mesa apresentou a sua proposta mas, infelizmente, não foi possível chegar a um consenso. Foi, no entanto, decidido que a proposta apresentada com as alterações que haviam sido consensuais nessa reunião da Comissão Eventual reunia condições para que fosse apresentada á votação com a aprovação dos representantes dos Grupos Políticos presentes PSD, PS, MPT e CDU.
Não havendo consenso sobre a redacção do Artigo 41º, nomeadamente no que dizia respeito ao seu ponto 1 que era aquele que definia as formas de votação e nomeadamente os assuntos que esta Assembleia deveria votar em voto secreto, foi decidido que esse artigo não fosse trazido a esta Assembleia Municipal e pedir parecer Jurídico de duas entidades, a CCDR e a ANMP pareceres que foram de imediato solicitados.
Terminou dizendo que havia dado aquele esclarecimento para que todos percebessem que a proposta ali apresentada não fora uma decisão da Mesa, mas sim uma decisão da Comissão Eventual criada pela Assembleia Municipal.
Procedeu, em seguida à leitura do Requerimento entretanto entrado na Mesa, com o seguinte teor:
"José dos santos Robalo, membro desta Assembleia, considerando que existem duvidas sobre alguns pontos do ante-projecto do regimento, nomeadamente o ponto que diz respeito à forma de votação do orçamento, razão pela qual a comissão decidiu pedir pareceres técnicos, sobre tal matéria, sou de entender que não existem condições para colocar à discussão e votação o supra referido ante-projecto regimento, razão pela qual se requer que seja retirado o ponto 4 da Ordem de Trabalhos e que tal projecto seja discutido e votado quando estivermos na posse de todos os pareceres pedidos."

Interveio então o Sr. Deputado **António Gata** dizendo que estava surpreendido com a entrada do requerimento e pensava não ter mais razão de ser a sua participação na Comissão Eventual, pois achava que era uma situação muito grave a que estava naquele momento a assistir e prescindia da sua palavra para a dar ao Sr. Deputado António Serra, porque se o mesmo mantivesse o que dissera na Comissão, e estava certo que sim, pensava que a discussão não tinha razão de ser e terminava ali.

De seguida, usou da palavra o Sr. Deputado **José Robalo** agradecendo ao Sr. Presidente da Assembleia por actuar de acordo com o direito que era a participação democrática na Assembleia, pois anteriormente estava a pensar que lhe estava a cortar esse direito. Qualquer dia saberia Deus onde é que se chegaria… Em relação ao ponto em discussão, queria esclarecer que, com todo o respeito pela Comissão e por todas as pessoas que fizeram parte da mesma que eram seus amigos, e que eles sabiam que era muito, considerava que se tinha ali um documento, e desculpassem a classificação ou qualificação, coxo, isto é, o que estava ali a ser apresentado era o projecto ou ante-projecto de Regimento onde faltava em concreto um artigo, o artigo 41º.
Ia-se assim aprovar ou reprovar este projecto de Regimento e ficava-se à espera que chegasse o parecer sobre o Artigo 41º e se o parecer fosse favorável, ir-se-ia votar na próxima Assembleia o Artigo 41º. Se o parecer fosse desfavorável, pura e simplesmente não se votava.

E continuou dizendo que estava habituado a um princípio de direito que dizia que se devia economizar tempo e energias, por isso se este Regimento tinha vigorado até ali e estava a vigorar naquele momento e a Assembleia funcionava, que necessidade ou urgência havia de vir naquele dia, ao arrepio do que havia sido aprovado e discutido, vir à pressa e com urgência aprovar aquele novo Regimento?
Era isto que estava em cima da mesa, que se adiasse a discussão e a votação daquele Regimento e se aguardasse a resposta que fora pedida pela Comissão, com todo o respeito que tinha pela mesma, e só depois se discutisse e votasse na globalidade o projecto. Era tão simples quanto aquilo.
E concluiu perguntando se existia alguma razão, algum interesse ou alguma urgência em aprovar aquele novo Regimento? Ou se a Assembleia tinha funcionado de forma deficiente por falta de Regimento? Então não se tinha um Regimento que regulava a actividade desenvolvida pela Assembleia Municipal? Então porque não se aguardava pela chegada dos pareceres sobre o Artigo 41º?

Na sua intervenção o Sr. Deputado **José Ilídio** disse que se estava a defrontar com um dilema que não era justificável. Pensava que o Regimento devia ser discutido e aguardar-se os pareceres sobre o Art.º 41º, se não nunca mais se passava daquilo.

Interveio de seguida o Sr. Deputado **Roberto Silva** dizendo que, como era público, fizera parte da Comissão Eventual, e queria dizer que fora um acordo, um consenso de cavalheiros trazer este Regimento à aprovação nestas condições. Fora uma decisão unânime e não por maioria.
E continuou dizendo que, quanto à urgência, por exemplo a cena que se havia ali passado anteriormente e que democraticamente não ficava bem, seria evitada porque o novo Artigo 38º proposto previa que se um membro que apresentasse um Requerimento não concordasse com a decisão da Mesa poderia pôr a decisão à consciência do Plenário.

Tomando da palavra o Sr. Deputado **João Manata** disse que na sua interpretação, e havia sido sua a proposta de solicitar os pareceres, ficara convencido, e considerava que esse era também o entendimento da Mesa, que nada o impediria de votar contra. E agora estava numa situação muito complicada, pois mesmo que fosse considerado legal, o seu voto seria à mesma contra. E a votação ali do Regimento não o iria impedir de votar contra posteriormente?

O Sr. Deputado **António Serra** interveio para dizer que era aquilo que se havia passado e que estava de acordo com o que o Sr. Presidente da Assembleia e os Srs. Deputados António Gata e Roberto Silva haviam dito, sobre como decorrera aquela reunião num tom cordato, num ambiente informal, todos à vontade a dar a sua opinião e o parecer fora consensual. Reconhecia que fora consensual que a proposta de Regimento poderia ser aprovada, excepto o Artigo 41º.
E continuou dizendo que logo nessa reunião havia salientado e voltava a salientá-lo agora que ao longo dos anos fora um membro independente eleito pelo PSD, e continuaria a sê-lo, e que estava naquela reunião mandatado pelo PSD para defender a posição deste Partido na questão do Regimento.
Nesse sentido defendera sempre que o PSD era contra a aprovação do art.º 41º nos termos em que estava e que devia ser pedido um parecer. Do ponto de vista PSD o Artigo era ilegal, aguardavam-se os pareceres, e na sua opinião, e de acordo com as palavras do Sr. Presidente da Assembleia, fora também dito que ficava sempre salvaguardada a posição política de cada Grupo para votar de acordo com a sua consciência. Logo nessa reunião dissera que os Deputados Municipais do PSD seriam contra a aprovação desse Artigo.

Prosseguiu a sua intervenção dizendo que, após a reunião terminada, dera conhecimento a quem entendera do que se passara, tinha havido alguma discussão e a maioria do Grupo entendera noutro sentido, isto é, então se ia haver um parecer, ficava-se à espera que viesse o parecer, pelo que não deveria haver votação.
E concluiu dizendo que para que ficasse bem clara a sua opinião, até como antigo Presidente da Assembleia, entendia que havia condições para gerir a Assembleia e para orientar os trabalhos. Reconhecia que havia alguns avanços na proposta de Regimento apresentada, e não lhe repugnava votá-lo como estava, mas que também tinha de ser solidário com os seus colegas do Grupo e que se aqueles decidissem abandonar a sala, também o faria.

Interveio de seguida o Sr. Deputado **Carlos Alberto Dionísio** para dizer que estava um bocado perplexo com o que estava a acontecer naquela Assembleia, pois pensava, andava-se há muito a discutir o Regimento e chegava-se àquela altura sem se ter nenhuma conclusão. Não queria acreditar que houvesse algum tipo de boicote ao funcionamento da Assembleia. Agora parecia-lhe inacreditável que ao fim de três Assembleias ainda se estivesse naquele ponto.
E continuou dizendo que inicialmente o Grupo do PSD havia rejeitado a primeira proposta apresentada pela Mesa. Seguidamente aquele Grupo fizera uma sugestão que fora aceite pela Mesa. Esta pusera a proposta em andamento, criara uma Comissão com o consenso de toda a gente. Aquela Comissão reunira, chegara a um consenso e ponto final, viera para a Assembleia esse mesmo consenso para ser votado.
Se naquele momento o consenso a que chegara a Comissão era para deitar para o lixo, então daqui para o futuro não valia a pena haver Comissões. Não queria acreditar que as pessoas que estavam naquela Comissão não eram as pessoas certas, e não queria acreditar porque se as pessoas que lá estavam tinham sido indicadas e mandatados por todos os Grupos, então essas pessoas teriam obrigatoriamente capacidade para tomar essas decisões.
E concluiu que, no seu entender, as dúvidas que estavam ali a ser levantadas não faziam sentido porque o Regimento seria votado artigo a artigo e para cada um poder-se-ia votar contra ou a favor.

O Sr. **Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia de Sto. António** interveio para dizer que esperava que dali a 3 anos e meio o Regimento já estivesse aprovado… Não sabia se havia alguma ilegalidade, mas seria que a questão seria da ilegalidade do Art.º 41º ou seria de algum receio?

O Sr. **Presidente da Assembleia** informou que abria uma segunda oportunidade de inscrições por já haver um ou dois Srs. Deputados que haviam pedido a palavra, após o que seriam encerradas as inscrições.

O Sr. Deputado **António Gata** usou da palavra para dizer que deitava para o lixo todas as questões políticas, porque a única coisa que queria deixar completamente clara era que a Assembleia tinha eleito uma Comissão de Acompanhamento do assunto que ali estava a ser tratado e que esta por completa e total identidade de ideias decidira aquilo.
Se entretanto isso agora não era possível porque algumas forças partidárias estavam partidas ou divididas nessa decisão, era um assunto que o ultrapassava e no qual não se iria meter.

Tomou a palavra o Sr. Deputado **António Serra** dizendo que, quanto a ele, aquela reunião tinha sido muito bem orientada pelo Sr. Presidente da Assembleia, todos tinham tido oportunidade de dar as suas opiniões e todos ali tinham estado em nome pessoal e como representantes dos Grupos. Na Comissão ouvira algumas palavras do Sr. Deputado António Gata, às quais na altura não fizera qualquer comentário, mas que não podia deixar de repetir com alguns comentários seus. Dissera o Sr. Deputado

que o motivo porque a votação do Plano e do Orçamento deveria ser secreta era porque havia na Assembleia Presidentes de Junta incapazes de votar em consciência na presença do Sr. Presidente da Câmara e de manifestar a sua opinião contra.
Ora, aquilo era para si era grave, era chamar cobardes, incompetentes e de mau carácter às pessoas que são os representantes das Juntas, o que não podia aceitar.
E continuou dizendo que sempre dissera que do ponto de vista político seriam sempre contra a votação secreta do Plano e do Orçamento. E salientava com agrado o apoio por parte do Sr. Deputado João Manata, que era um democrata pelas suas opiniões, com as quais concordava.
E terminou lançando um repto para que dissessem se havia um único Município do País onde se utilizasse o voto secreto par o Plano e o Orçamento.

O Sr. Deputado **António Gata** começou por dizer que não chamava mentiroso a ninguém, mas que depois do que tinha ouvido e que desmentia, e ia dizer o que na verdade tinha dito. Tinha referido o caso de um Presidente de Junta de quem era amigo, referira concretamente um caso de um ex-Presidente de Câmara, de quem era amigo e tinha muito orgulho nisso, e referira o nome de uma 3ª pessoa que estava ao seu lado esquerdo, pois tinha sido ele que lhe contara que um dia o fulano tal, porque não votara de acordo com o Presidente da Câmara, este o marcara.
E concluiu dizendo que tudo o resto era mentira.

Tomou a palavra o Sr. Deputado **João Manata** para afirmar que a dúvida que tinha levantado estava esclarecida se lhe diziam que se votaria artigo a artigo e se aquele artigo for rejeitado, o Regimento terá que entrar em vigor alterado.
Continuou dizendo que a posição tomada na Comissão, havia corrido bem e que cada um se representara a si próprio e aos Grupos Políticos.
Quanto à questão de fundo também votaria contra, mesmo admitindo que fosse legal, o que tinha dúvidas, porque considerava que isso seria passar um atestado de menoridade às pessoas.

Interveio então o Sr. Deputado **Roberto Silva** para afirmar que se estava ali a criar uma confusão basicamente pelo Artigo 41º e por aquilo que o mesmo representava, pudesse ou não ser legal. O que estava em causa nem era a totalidade do Artigo mas apenas a alínea d) do nº 1 que dizia que a votação do Plano e Orçamento seria por voto secreto. Considerava assim que até podia ser votado o Artigo 41º, excluindo a referida alínea d), que seria votada após a recepção dos pareceres.

O Sr. **Presidente da Junta de Freguesia de Malcata** interveio de seguida dizendo que embora não gostasse de se intrometer em questões políticas queria dar a sua opinião. Não via vantagem em estar-se ali a votar uma coisa que era para alterar na Sessão seguinte. Seria muito difícil ou muito complicado aguardar-se até que viesse o parecer?

Tomou a palavra o Sr. Deputado **José Robalo** que começou por dizer que pensava que já toda a gente tinha percebido o que estava em discussão, salientando que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Malcata havia precisamente ido de encontro à filosofia do requerimento apresentado. O que estava em cima da mesa era que fosse retirado aquele ponto da Ordem do Dia, e assim não haveria polémica nenhuma. Se na Sessão seguinte já houvesse o pareceres estar-se-ia em condições de votar a favor ou contra o Regimento. Agora ir votar aos remendos… Qual era o interesse em votar naquele dia 50 artigos e a seguir votar um único artigo? Considerava assim que se deveria discutir este assunto na Sessão seguinte, na posse de todos os elementos.

E continuou dizendo que tinha um grande respeito pela Comissão nomeada, mas que esta tinha de acabar o trabalho começado e que, pelos vistos, ainda não estava terminado, faltava um artigo.
Ainda não tinha percebido qual o problema de se discutir e votar tudo na Sessão seguinte. Ainda não tinha percebido se aquilo era uma questão política porque estavam ali a perder tempo a discutir um projecto que ainda não estava completo.
E terminou dizendo que aquele requerimento representava o respeito total e absoluto pela Comissão, por isso achava que seria uma fraude estar-se ali a votar uma coisa incompleta.

Usando da palavra a Sra. Deputada **Ana Domingues** colocou a questão de, sendo votada favoravelmente a proposta e havendo um parecer negativo, o que acontecia? Ter-se-ia que trazer de novo o assunto à Sessão seguinte?
No seu entender não tinha sentido votar o Plano e o Orçamento por voto secreto quando nem na Assembleia da República tal sucedia. Isto acontecia porque, e falava por si e pela sua bancada, que quando votava não tinha medo e parecia que havia Srs. Deputados doutras bancadas que tinham medo dessas votações. Para si não era assim, pois estava-se em democracia e em liberdade e cada um tinha que ser consciente e saber o que fazia.
E concluiu dizendo que se estava ali a perder tempo, a ultrapassar os limites da educação, quando não fazia sentido estar a aprovar uma coisa que não se sabe se, juridicamente, poderia ser aceite.

Tomou então da palavra o Sr. **Presidente da Assembleia** que começou por dizer que o que viera à Assembleia era todo o Regimento à excepção do Artigo 41º, que não seria ali votado naquele momento, pois só seria votado após a recepção dos pareceres solicitados.
E continuou dizendo que quando da realização da reunião da Comissão Eventual poderia ter entrado na mesma e conduzido os trabalhos de forma a que, nesta Sessão fossem apresentadas as duas propostas alternativas que havia no início da referida reunião. Uma a apresentada pela Mesa e outra que era a apresentada pelo Sr. Deputado António Serra. E permitia dizer que se na Assembleia da República não se votava o Orçamento por voto secreto, também se votava por voto secreto a realização de referendos.
E continuou referindo que como o Sr. Deputado António Serra havia trazido ali, correcta ou incorrectamente, coisas passadas na reunião da Comissão, permitia-se dizer qual era a proposta alternativa apresentada pelo Sr. Deputado e que era o desaparecimento de toda a alínea d) e na alínea f), que passava a e) onde se dizia " Se a Assembleia assim o deliberar" passaria a dizer-se "Se a Assembleia assim o deliberar, excepto na aprovação das opções do plano e do orçamento". Era importante salientar este facto, Na verdade e de acordo com esta proposta, a Assembleia podia decidir que tudo fosse votado por voto secreto à excepção do Plano e do Orçamento! Parecia-lhe que isto queria dizer que quem tinha medo que o Plano e o Orçamento fossem votados por voto secreto era quem apresentava aquela proposta alternativa.
Prosseguiu dizendo que já não tinha idade para brincadeiras e que na 1ª Assembleia havia proposto a constituição de uma Comissão para a revisão do Regimento, e a resposta da bancada do PSD tinha sido, não, que isso era da responsabilidade da Mesa, o que esta fez e apresentou na Assembleia. Então, essa bancada disse, não, afinal já não era da nossa responsabilidade, e voltara-se à situação inicial de constituição da Comissão que havia proposto anteriormente e fora recusada. A Comissão reunira, decidira por consenso trazer àquela Assembleia a proposta de Regimento sem o Artigo 41º, e agora era não, não, estavam de acordo com o consenso a que se havia chegado. Seria que passados dois meses se arranjariam novos argumentos para continuar a dizer que ainda não se podia votar?
E reparassem que o que estava em causa era apenas o Artigo 41º, mas este não estava em discussão ali.

Quanto ao argumento da urgência, claro que não havia urgência, até se podia continuar sempre com o mesmo Regimento, mas seria que este argumento se manteria se a Comissão tivesse aprovado as alterações propostas pelo representante do PD, ou nesse caso já se votaria naquele momento sem quaisquer problemas? Mas o Regimento viera ali porque a Comissão assim decidira, com a aceitação dos representantes dos Partidos que colocavam dúvidas quanto à legalidade do Artigo 41º, o PSD e a CDU.

Na sua opinião a questão da legalidade não se colocava, não tinha dúvidas nenhumas, mas isso era outra discussão que não estava ali naquele momento, mas bastava ler a Lei 169/99 que dizia claramente "A Assembleia delibera sobre as formas de votação". Aliás, e curiosamente, o Executivo Municipal decidira que todas as votações em Reunião de Câmara seriam por voto secreto e quando foi tomada esta decisão ninguém havia colocado a questão da legalidade, quando a Lei era a mesma para os dois Órgãos…

E concluiu dizendo que o que estava ali em causa, e não deveria estar, como muito bem dissera o Sr. Deputado António Gata, era que sentia alguma dificuldade em voltar a sentar-se numa Comissão. Voltar voltava, mas sempre com o receio de voltar a agendar um assunto que tivesse sido consensualizado, pois não sabia se o representante de um Grupo Político não seria publicamente desautorizado como acontecera nesta Sessão.

O Sr. Deputado **José Ilídio**, tomando a palavra, perguntou se não viessem os pareceres pedidos durante dois anos, se podia continuar a realizar as Assembleias?, ao que o Sr. Presidente da Assembleia respondeu que o Regimento actual continuava em vigor e portanto as Assembleias realizar-se-iam de acordo com O regimento em vigor.

Interveio o Sr. Deputado **Joaquim Leal** dizendo que queria intervir para chamar a atenção do Sr. Presidente para que, de acordo com o manual que regia a condução dos trabalhos da Assembleia, um Requerimento tinham prioridade sobre tudo e que o Sr. Presidente tinha recebido e aceitado um requerimento e não o tinha de imediato colocado à votação. E permitia-se fazer aquele reparo porque parecia que o Sr. Presidente nunca tinha dúvidas sobre as coisas mas que tinha ficado com dúvidas se a Mesa havia actuado dentro da legalidade.

Continuou falando do célebre Artigo 41º que motivara a discussão e que, no seu entender, havia duas correntes, uma que queria dar a oportunidade às pessoas de votarem secretamente para não serem marcadas pelo Executivo, como dizia o Sr. Deputado Francisco Bárrios, e outra que entendia que as pessoas deviam votar livremente.

E concluiu aconselhando o Sr. Presidente a ler os relatórios da Inspecção, pois nas votações do Plano até o nome das pessoas que votavam contra, tinham de ficar registadas. E assim perguntava se a votação fosse secreta como se iam recolher os nomes dos que haviam votado contra?

O Sr. **Presidente da Assembleia** leu de novo o texto da Lei 169/99, a que o Sr. Deputado **Joaquim Leal** respondeu dizendo que então mal ia o País (se) que tinha Inspectores que não conheciam a Lei…

Usou da palavra o Sr. Deputado **Francisco Bários** começando por colocara a questão de quem é que dissera que ele havia dito que havia gente que tinha medo de ser marcada? Na sequência do que havia dito o Sr. Deputado António Gata haviam falado de um caso que conhecia concretamente, sabiam quem era o Presidente da Câmara e quem era o Presidente de Junta e até tinham brincado sobre isso, apesar de ser uma coisa séria. Agora não queria transpor para ali esse caso, até porque sabia que o actual Presidente da Câmara era de outra estirpe, sabia que não marcaria ninguém.

Usou da palavra o Sr. Deputado **António Serra** dizendo que pretendia repor a verdade dos factos. Era verdade que o Sr. Deputado António Gata tinha referido um caso concreto de um Presidente da Câmara e quem era o Presidente da Junta na altura e dissera que se sentira condicionado. Ora mantinha o que havia dito. Se dissera que um Presidente de Junta se considerava condicionado por votar de braço no ar um plano ou um orçamento, dar-lhe a oportunidade de votar com voto secreto era estar a dizer que esse indivíduo era um mau carácter, que não era capaz de assumir a sua posição, e era cobarde.

Antes de dar novamente a palavra, o Sr. **Presidente da Assembleia** colocou a questão legal de se estar a atingir as 24 horas, hora limita para o funcionamento da Assembleia, perguntado se algum dos Srs. Deputados se opunha a que a mesma prosseguisse. Não Havendo oposição, a Assembleia prosseguiu os seus trabalhos.

Tomou então a palavra o Sr. **Presidente da Junta de Freguesia da Bismula** para afirmar que o que se ali estava a passar era uma "peixeirada"_enorme e que não se podia admitir aquilo, tinham que ser razoáveis. Nem o Sr. Deputado José Robalo merecia que lhe cortassem a palavra, nem a Assembleia merecia estar a ouvir aquilo, pois toda a gente já percebera o que estava em causa.
Se o Artigo 41º não era para ser votado ali porque razão não se podia votar o resto?
Estava-se ali a dar uma autêntica lição de um deprimente sinal de provincianismo insalubre. Tinha que se dar dignidade à Assembleia.

O Sr. **Presidente da Assembleia** informou que estavam inscritos os Srs. Deputados José Robalo e António Gata, após o que encerraria o período de intervenções, pois a única coisa que estava em discussão era o requerimento apresentado sobe a retirada ou não do ponto 4 da Ordem do Dia.

Interveio o Sr. Deputado **José Robalo** dizendo que não percebia uma coisa que era o facto de se fosse votada ali aquela proposta de Regimento era a primeira vez que conhecia um documento que entrava em vigor incompleto, tinha que se_chamar a Comunicação Social e dar uma conferência de imprensa para dizer "caso insólito no Sabugal, Regimento da Assembleia Municipal, falta-lhe um artigo, está coxo!"
E perguntou como é que entrava em vigor? que o Sr. Presidente lhe explicasse. Aquela era uma questão concreta, entrava em vigor uma lei incompleta? Se aquilo fazia sentido? Não era preciso ser licenciado em direito.

O Sr. Deputado **António Gata** usou da palavra dizendo que não podia deixar de se dirigir aos Srs. Presidentes de Junta presentes de quem era amigo pessoal para lhes dizer que seria incapaz de fazer juízos de valor de quem quer que fosse, e muito menos de um Presidente de junta eleito, como tentaram aqui dizer.
E concluiu afirmando que não era qualquer um que o desautorizava, só o desautorizava quem ele deixava…

Terminadas as inscrições o Sr. **Presidente da Assembleia** leu de novo o Requerimento, e colocou-o à votação, tendo o mesmo sido reprovado com 34 votos contra, e 33 votos a favor, pelo que se iria iniciar o período de discussão da proposta de alteração do Regimento, excluindo o Artigo 41º.

Pediu a palavra o Sr. Deputado **António Gata** o qual, fez uma declaração de voto, dizendo que votara contra porque enquanto membro da Comissão Eventual, não podia aceitar em consciência que o seu voto fosse outro.

Interveio de seguida o Sr. Deputado **Joaquim Leal** para fazer um Ponto de Ordem à Mesa, dizendo que, para se evitar o que já havia sido chamado de "peixeirada", o Sr. Presidente, para dignificar esta Assembleia devia utilizar os mecanismos necessários e suficientes para se evitar repetir votações.

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que se o Sr. Deputado contestava o resultado da votação, repetia-se a mesma. Se não contestava então não havia razão para aquele Ponto de Ordem à Mesa. A razão porque a Mesa havia repetido a votação era porque, tendo-se verificado um empate, poderia ser considerado que tal resultava de uma má contagem.

Respondeu o Sr. Deputado **Joaquim Leal** dizendo que a dúvida que a Mesa tinha tido também os Deputados Municipais a tinham tido e que por isso propunha ao Presidente que repetisse a votação.

A esta interpelação O Sr. **Presidente da Assembleia** respondeu que não havendo acordo entre a Assembleia quanto à necessidade de repetição e não havendo nenhum Grupo Político que tivesse apresentado um Requerimento nesse sentido, que não se repetiria a votação e se passava à discussão propriamente dita do ponto 4 da Ordem do Dia.
E continuou dizendo que o que estava em discussão era o documento distribuído à excepção do Artigo 41º o qual só seria apresentado à Assembleia quando viessem os pareceres da ANMP e da CCDR. Declarou abertas as inscrições.

Não havendo nenhum pedido de intervenção, colocou à votação a Proposta de Alteração do Regimento apresentada pela Mesa e consensualizada na Comissão Eventual, a qual foi aprovada com 25 votos contra, 13 abstenções e 35 votos a favor.

A Sra. Deputada **Ana Domingues** fez uma declaração de voto dizendo que havia votado contra porque não votava documentos incompletos. Continuou pedindo ao Sr. Presidente para usar de todos os mecanismos à sua disposição para não permitir novas situações de "peixeirada" como as que ali haviam ocorrido.

O Sr. **Presidente da Junta de Freguesia de Malcata** fez igualmente uma declaração de voto dizendo que se abstivera porque não queria pôr em causa o trabalho que a Comissão havia realizado, mas que também não podia votar a favor porque realmente não achava correcto estar-se a votar um documento incompleto.

Na sua declaração de voto o Sr. **Presidente da Junta de Freguesia da Lageosa** justificou a sua abstenção pelo facto de se tratar de um documento incompleto, não havia urgência em o aprovar, pois o Orçamento já havia sido aprovado. Por outro não tinha votado contra porque não queria pôr em causa o trabalho da Comissão.

O Sr. Deputado **Manuel Joaquim Rito** fez igualmente uma declaração de voto dizendo que havia votado contra porque considerava que o Regimento era como a Bíblia da Assembleia e que devia procurar o máximo consenso possível, porque era com o Regimento que se ia governar a Assembleia. Em segundo lugar votara contra porque o documento não estava completo e considerava que não devia ser votado.

O Sr. Deputado **João Manata** interveio para dizer que aquela votação era a prova provada em como era possível, de braço no ar, olhos nos olhos votar-se democraticamente, se alguém tinha dúvidas ali estava a prova.

A última declaração de voto pertenceu ao Sr. Deputado **Celino Augusto** que disse que havia votado a favor porque, independentemente de estar completo ou não, o que interessava era que o que fosse aprovado fizesse funcionara a Assembleia.

PONTO 5 – ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO CONSELHO GERAL DA EMPRESA SABUGAL +

Dando início ao Ponto 5 da Ordem do Dia, o Sr. **Presidente da Assembleia** informou que tinham dado entrada na Mesa duas listas:

- **Lista A**, composta pelos Srs. Deputados **Paulo José Nabais da Cruz** e **António César Marcos Gata**, sendo seus proponentes os Srs. Deputados **Carlos Alberto Morgado Gomes** e **António César Marcos Gata**
- **Lista B,** composta pelos Srs. Deputados **Joaquim Lourenço Brázia** e **João Manata**, sendo seu proponente o Sr. Deputado **José dos santos Robalo**.

Continuou informando a Assembleia que, independentemente do anterior ou do actual Regimento, ia-se proceder à votação por voto secreto. Assim, chamar-se-iam os Srs. Deputados um a um, votando a Mesa em último lugar.
Depois de contados os votos ganhou a lista B constituída por Joaquim Lourenço da Brázia e João Manata com 41 votos, contra 34 para a lista A, tendo-se ainda verificado um voto em branco e um nulo.

PONTO 6 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO REGULAMENTO E TAXAS DA CONCESSÃO DE PESCA DO SABUGAL

Passando Ao ponto 6 Da Ordem do Dia, o Sr. **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para proceder à sua apresentação.

O Sr. **Presidente da Câmara** começou por dizer que relativamente a este ponto havia a considerar duas situações.
A primeira tinha a ver com o Regulamento que já deveria ter vindo à Assembleia Municipal. A concessão de pesca fora apresentada à Autoridade Florestal Nacional, ficando o Município do Sabugal concessionário de 11Km do Rio Côa desde o paredão da Barragem até ao Roque Amador, permitindo a regulação da actividade piscatória nestas águas.
A segunda dizia respeito às taxas a aplicar em licenças diárias. Estas não tinham vindo ainda à Assembleia porque se pretendia integrá-las na tabela de taxas, tarifas e licenças da Câmara, mas como esta tabela estava em atraso e se ia iniciar a pesca a 1 de Março, haviam decidido em reunião de Câmara aprovar estes valores e propor à Assembleia a sua aprovação, a qual, posteriormente será integrada num capítulo da nova tabela de taxas e tarifas do Município do Sabugal.

Interveio de seguida o Sr. Deputado **Roberto Silva** que iniciou a sua intervenção questionando o Sr. Presidente da Câmara sobre quais as razões porque só se ia cobrar taxas naquele troço do rio e não no restante. Não lhe parecia que a realização do Campeonato do Mundo de truta fosse, porque o rio a seguir ficara praticamente limpo e sem água.

Perguntava ainda como era possível que tendo vindo naquele momento à Assembleia Municipal para aprovação, o mesmo já se encontrava na rua e em Editais e que as ditas licenças já estivessem à venda em alguns cafés do Sabugal.

Em seguida interveio o Sr. **Presidente da Junta de Freguesia do Sabugal** para dizer ao Sr. Presidente da Câmara que, de acordo com o constante da folha 3 do art. 4º, aos reformados com pensões inferiores ou igual ao ordenado mínimo nacional seria concedida a licença tipo A quando apresentassem comprovativo da pensão mensal. Mas havia muita gente reformada com reformas de França e Alemanha, que ganhavam mais que o ordenado mínimo nacional e que iriam pagar a taxa tipo A.

Interveio a Sra. Deputada **Marisa Martins** dizendo que convivia com muitos pescadores que lhe haviam pedido para colocar algumas questões: primeiro havia ou não algum limite quanto ao número de pescadores nessa zona. Depois e pedia desculpa se estava a fazer alguma pergunta despropositada, eram conversas, boatos que corriam na rua, nomeadamente que já havia determinados cafés com direito a não sabia quantas licenças que só eram para os amigos e os outros não iam ter direito.
Outra questão dizia respeito ao pagamento de um euro por dia, porque haveria pessoas que só iam pescar um pedacinho de tempo no final do trabalho e não iam lá um dia inteiro, enquanto havia pescadores a tempo inteiro e havia pescadores a meio tempo.
Em resposta o Sr. **Presidente da Câmara** disse que as questões colocadas eram transversais e apontavam para questões que a si mesmo colocava. Tinha a informação de que a Autoridade Florestal Nacional tendia a que fosse concessionado todo o rio.
Bem ou mal não se devia estar ali a colocar questões particulares, o que pensava ou o que não pensava, o cidadão António Robalo.
Quanto à situação do regulamento tratava-se de uma antecipação que o Município do Sabugal fizera para garantir uma zona de pesca regulamentada, pegar na legislação nacional e incorporá-la no regulamento. Os técnicos municipais que lidavam com estas matérias haviam feito um plano de exploração para o ano de 2010.
Respondendo á Sra. Deputada Marisa Martins, eram 100 licenças diárias e 10 de pesca sem morte entre a zona da Barragem e a Ponte Nova, ou seja entre o paredão da Barragem e a Ponte Nova só seriam emitidas 10 licenças sem morte. Estavam a fazer com o acompanhamento da Autoridade Florestal Nacional algumas situações de repovoamento
Por outro lado a verdade era que estava criada a associação ou confederação de caça e pesca Côa Caça, a quem fazia votos para que tivesse muito sucesso e que tivesse a adesão da grande parte das Associações do Concelho do Sabugal, e já que a associação estava criada, quisera dar-lhe também algum protagonismo na gestão da venda das licenças para que a Secretaria Municipal não se tornasse um local de visita, uma romaria diária.
Considerava, assim, ser mais flexível entregar a venda á Côa Caça, a qual para já tinha 4 pontos de venda no Sabugal e um em Rendo para emitir essas licenças diárias da forma que entendessem, entrando, obviamente, toda a verba na Câmara, porque depois da venda dessas licenças, 25% teriam que reverter para a Autoridade Florestal Nacional.
Respondendo também ao Sr. Presidente de Junta do Sabugal, era óbvio que a questão dos reformados era pertinente. Ainda se tentara fazer alguma correcção tanto no número como no valor, mas não havia sido possível para o corrente ano, mas ter-se-ia em conta no próximo ano.

Interveio de novo o Sr. Deputado **Roberto Silva** para dizer que o Sr. Presidente da Câmara não o havia esclarecido quanto ao facto da Câmara ter publicado os Editais sem esta Assembleia Municipal se ter pronunciado sobre isso e passar por cima desta Assembleia Municipal.

E concluiu dizendo que não sabia se as pessoas já se haviam apercebido que a palavra dos Deputados parecia ser meramente formal porque as decisões já tinham sido tomadas e as coisas já estarem na rua sem a Assembleia Municipal se ter pronunciado. Nem sabia se isso seria legal.

Também a Sra. Deputada **Marisa Martins** usou novamente da palavra para dizer que não fazia ideia se havia ou não 100 pescadores por dia, mas que tinha algumas dúvidas porque sabia que havia pescadores da zona da Guarda e espanhóis.
Assim colocava uma questão que se referia ás licenças que eram tiradas no próprio dia ou com um dia de antecedência. Como se resolvia a questão de vir um grupo de 20 espanhóis no próprio dia para tirar a licença diária e já se encontrarem esgotadas as 100, mandavam-se embora?

O Sr. **Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia St.º António** perguntou se não seria mais fácil emitir, pelos menos para os munícipes residentes nas Freguesias, uma única licença mensal, semestral, bimestral ou trimestral, pois com uma licença diária isso era um convite á ilegalidade porque um pescador que tivesse de ir às 9h da manhã…

Respondeu o Sr. **Presidente da Câmara** referindo que quanto à questão de tirar a licença no dia anterior, a licença tinha de ser diária mas podia-se comprar um pacote de varias. Competia à Côa Caça fazer a gestão desse micro sistema e também estabelecer limites de venda nos pontos de venda e, obviamente, tinha de haver uma comunicação entre a Côa Caça e os grupos formais ou informais que quisessem pescar.
Relativamente ao Sr. Deputado Roberto Silva não podia deixar de lhe dar parte da razão, mas o tempo urgia e já se havia discutido na Assembleia muitas situações idênticas.

Procedeu-se então à votação da Proposta a qual foi aprovada com 9 abstenções e nenhum voto contra.

PONTO 7 – ACTIVIDADE MUNICIPAL

O Sr. Deputado **Roberto Silva** questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre um tema que era recorrente, mas que considerava que a Assembleia devia estar informada. Tinha havido uma reunião dia 3 com a EXISTENCE, SA. e pretendia saber em que ponto estava aquele famigerado projecto no qual não acreditava.

Respondeu o Sr. **Presidente da Câmara** dizendo que já havia respondido ao Sr. Deputado António Gata que havia colocado a mesma questão. Após contactos de trabalho com técnicos da Câmara Municipal e técnicos da empresa EXISTENCE no sentido de dar entrada na Câmara Municipal o projecto para aprovação e licenciamento, confiava e continuava a acreditar no projecto e a Câmara Municipal continuava a adquirir terrenos na zona da Malcata. E via da parte do investidor empenho e optimismo, e, por isso, tinha que acreditar e quando houvesse mais novidades, com certeza as daria mas com dados concretos.

Dirigindo-se ao Sr. presidente da Câmara o **Sr. Presidente da Junta de Valongo**, perguntou para quando estava previsto abrir em definitivo as novas obras do Cró.

Queria também dar uma sugestão para aquela rotunda na estrada Sabugal-Guarda que devia ser a maior rotunda que havia no Concelho e que ali se podia colocar um monumento qualquer, nem que fosse a galha do forcão ou um castelo. Em todo o lado as rotundas tinham alguma coisa a enfeitar porque aquilo como estava era uma rampa de erva.

Na sua resposta o Sr. **Presidente da Câmara** disse que havia muitos motivos do Concelho para colocar naquela rotunda… Relativamente ao Cró, a conclusão do Balneário estava prevista para Maio, mas com o equipamento e afins não acreditava sinceramente que o balneário novo estivesse a funcionar em 2010. Estava-se a fazer um esforço e a trabalhar no sentido de abrir com o pré fabricado porque pensava que se devia abrir com segurança e com qualidade, não se podia abrir aos arranques, isso era desprestigiar logo à nascença um projecto de investimento que se queria que fosse uma âncora para o Concelho.

Interveio então o Sr. Deputado **Roberto Lavrador**, solicitando uma informação sobre a reunião que fora realizada na Câmara no dia 20 de Janeiro com a Dr.ª Manuela Portugal e os membros da Junta do Soito. Segundo sabia e também estivera em algumas reuniões com esta Dr.ª, e porque supunha que o motivo da reunião tivessem sido os CTT do Soito, gostaria de saber se já havia alguma novidade sobre esse assunto.

À sua intervenção, respondeu o Sr. **Presidente da Câmara** fora a pedido da Junta de Freguesia do Soito no sentido de sensibilizar a Dr.ª Manuela Portugal e tentar inverter o sentido de, em Março, encerrar os CTT. Estava-se a trabalhar para garantir o funcionamento como estava. O Sr. Deputado que estava na Junta na altura sabia que, pelo menos, se havia garantido que no ano de 2010 não haveria alteração no funcionamento. Continuava-se a fazer um esforço no sentido de conciliar e sensibilizar os CTT para que se mantivessem, pelos menos, como estavam.

O Sr. **Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia de St.º António,** Interveio para se referir ao leilão dos terrenos que fora bem conseguido, com muita gente a leiloar, porque fora bem divulgado. Felizmente havia conseguido mas infelizmente não era o que ambicionara porque das primeiras vezes os melhores terrenos não tinham sido divulgados como desta vez. Esperava que da próxima vez que houvesse uma coisa destas se divulgasse tão bem as primeiras como as ultimas porque as ultimas eram restos.
Queria igualmente referir que, em relação à rotunda da zona industrial nova, reparassem no estado do piso, pois aquele troço da estrada estava completamente degradado.

Respondeu o Sr. **Presidente da Câmara** salientando que a obra ainda não estava entregue. Aliás o Sr. Deputado José Cunha, na Assembleia anterior, havia colocado duas questões, uma tinha a haver com a segurança, e a outra com um poço que estava ali ao lado. Ora tudo isso estava a ser salvaguardado e o empreiteiro teria que cumprir com as suas responsabilidades. Relativamente ao leilão ficara surpreendido pelo facto de depois dos anos todos em que tinha estado na Câmara nunca um leilão ter tido tanta gente. Vendera-se tudo e ficara satisfeito, e não fora pelo facto de vender tudo e a Câmara precisar de dinheiro, fora sim por haver lá muitos jovens e muita gente a construir casa no Concelho do Sabugal.

O Sr. Deputado **Manuel Joaquim Rito**, sabendo que no dia 19 houvera Assembleia Geral da Empresa das Águas do Zêzere e Côa realizada na sede da mesma onde estivera o Sr. Presidente da Câmara, queria saber, pois como toda a gente sabia havia contestação quanto ao preço da água no Sabugal, qual a posição que saiu dessa Assembleia Geral e qual era a posição que a Câmara tinha defendido.

E porque o Sr. Presidente falara em que havia jovens a querer construir casa no Concelho do Sabugal, e isso era uma boa notícia, lembrava uma intervenção anterior sobre o facto de as taxas serem 10 vezes superiores do que nos Concelhos vizinhos. Ora com taxas dessas pensava, e se calhar também tinha culpa porque pertencia a Assembleia onde se aprovava, muitas das vezes, coisas de cruz, sem serem discutidas, era bom que o Executivo pensasse nas taxas e trouxesse à Assembleia as taxas de maneira a que fossem concorrenciais com os outros Concelhos.

O Sr. **Presidente da Câmara**, agradecendo as palavras, disse que ia começar pela última questão. Uma das razões porque a tabela não estava ali era precisamente porque o Executivo estava a dar uma importância muito extrema a essa tabela e não ia colocar ali uma tabela batida e rebatida. Nesse aspecto, os dirigentes e as pessoas que trabalhavam na Câmara com essas taxas estavam a fazer o seu trabalho assim como o Executivo e por isso já haviam reunido 4 ou 5 vezes para trabalhar as taxas e tarifas, sendo seu empenho encontrar uma solução optimizada.
No que dizia respeito à questão das Águas do Zêzere e Côa, para ser directo e responder à questão, como sabiam havia um programa que era o PASAR que falava na necessidade de passar por decreto a concessão da rede em baixa, porque até agora aquela empresa só tinha a rede em alta. Assim as Águas do Zêzere e Côa tinham apresentado aos Municípios uma proposta de parceria para começar a trabalhar essa situação e haviam feito um estudo contabilístico sobre os custos que a empresa tinha, e qual seria o preço por metro cúbico da água na Beira Interior, chegando à conclusão que teria de custar 4,70 euros aos Municípios, para ser rentável. Evidentemente nenhum Município aceitara e juntaram-se para terem uma resposta única.
Na última Assembleia as Águas do Zêzere tinham apresentado a proposta de aumento de capital de capital e as Câmaras não aceitaram e foi proposto às Aguas de Portugal através das Águas do Zêzere e Côa que criasse uma coisa pela qual os Municípios da Beira Interior lutavam há anos para que houvesse uma taxa única nacional, com o grande numero de consumidores do litoral a serem solidários com os consumidores do Interior, isto é, que houvesse esse equilibro como há na EDP e em outras empresas.
A luta que se travava neste momento não era como alguns colegas de outros Municípios diziam para sair das Águas do Zêzere e Côa, mas acreditava que fosse possível ter uma baixa na factura da água porque neste momento se estava a pagar uma factura elevada, os Municípios estavam sufocados quer por perdas de água, quer porque não estavam a cobrar o valor que era devido.
Não havendo mais intervenções o Sr. **Presidente da Assembleia** deu por encerrado o Período da Ordem do Dia.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Estava inscrito para intervir o Sr. **Vítor Proença** que saudou todos os presentes e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal a quem desejava as melhoras, porque precisava para lidar com situações por vezes um pouco adversas.
E continuou dizendo que pertencera 8 anos àquela Assembleia Municipal, e que, por norma, trazia sempre á Assembleia de Fevereiro uma questão, à qual, naquela Sessão ninguém se referira.
Ouvira com atenção e respeito todas as opiniões, nomeadamente de algumas pessoas que já eram consideradas dinossauros, tinham andado um pouco afastadas e agora voltavam, e realmente concordava com eles quando falavam em estradas nacionais degradadas, pontes a cair, pinhos a rebentar o alcatrão.

Concordava plenamente com essas coisas todas agora o importante era parar-se com aquela discussão fútil que tinha havido sobre o regimento fútil e não se esquecer uma coisa que era quando no Orçamento de Estado era aprovado o que se chamava PIDAC que o Governo ou desgoverno executava em todos os Distritos e em todos Município.
Por acaso não tinha havido ninguém a pôr essa questão fundamental e muito importante porque ao longo destes anos todos tinham vindo a ser descriminados, não só o Distrito e os Concelhos do Distrito e mais uma vez o ano de 2010 não fugia à regra, pois que se no ano passado tinha havido apenas 23 mil euros de PIDAC, o ano de 2010 brindava o Concelho do Sabugal com zero.
Se calhar muita gente que estava ali ainda não se preocupara em verificar isto, mas gostaria de ter visto ali e isso é que era importante discutir ali, e haveria gente com vontade de o fazer. Era muito bonito, muita gente trazer a estrada que estava mal, só que a Câmara era uma Câmara do Interior, não tinha as receitas que desejava ter.
Obviamente que conheciam esta situação e o Poder Central, nos últimos anos tinha descriminado completamente e lançava dali um repto pois que deveria ter saído dali uma moção relativamente a este assunto.

Não havendo mais assuntos a tratar e sendo 1 hora e trinta minutos, o Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente acta aprovada em minuta, para resolução imediata das deliberações tomada, conforme disposto no nº 3 do art.92 a lei 169/99 de 18 de Setembro e que vai ser assinada, nos termos da legislação em vigor.

O Presidente da Assembleia,

Ramiro Manuel Lopes de Matos

A Coordenadora técnica,

Nélia Lopes Vasco